

**EVALDO BAVIERA**

**DISCURSO POLÍTICO, *ETHOS* E MEMÓRIA DISCURSIVA: UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO LULA**

Dissertação apresentada à Universidade de Franca, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Sílvia Olivi Louzada

**FRANCA  
2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Catálogo na fonte – Biblioteca Central da Universidade de Franca**

B343d	<p>Baviera, Evaldo</p> <p>Discurso político, <i>ethos</i> e memória discursiva : uma análise da constituição do sujeito Lula / Evaldo Baviera ; orientador: Maria Silvia Olivi Louzada. – 2008</p> <p>106 f. : 30 cm.</p> <p>Dissertação de Mestrado – Universidade de Franca Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestre em Linguística</p>
	<p>1. Lingüística – Política – Análise do discurso. 2. Discurso político – Lula. 3. Memória discursiva – <i>Ethos</i>. I. Universidade de Franca. II. Título.</p>
	<p>CDU – 801:808.51:32</p>

**EVALDO BAVIERA**

**DISCURSO POLÍTICO, *ETHOS* E MEMÓRIA DISCURSIVA: UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO LULA**

Dissertação apresentada à Universidade de Franca, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Sílvia Olivi Louzada

**FRANCA  
2008**

IVALDO BAVIERA

DISCURSO POLÍTICO, *ETHOS* E MEMÓRIA DISCURSIVA: UMA ANÁLISE  
DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO LULA

Presidente: \_\_\_\_\_

Nome: Profa. Dra. Maria Silvia Olivi Louzada  
Instituição: UNIFRAN

Titular 1: \_\_\_\_\_

Nome: Profa.Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini  
Instituição: (Universidade Federal de São Carlos/UFSCar)

Titular 2: \_\_\_\_\_

Nome: Profa. Dra. Maria Regina Momesso de Oliveira  
Instituição: UNIFRAN

Franca, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**DEDICO** a Sandra - minha esposa, minha vida - e - para Ana

*Laura: extensão de nossas vidas.*

## AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer:

- À Sandra e a Ana Laura - minha esposa e minha filha-respectivamente-companheiras dessa caminhada que sofreram e sentiram a minha falta, nosso tempo era muito escasso. Vencemos a batalha!
- À minha orientadora Maria Silva Olivi Louzada que desde outrora me ensinou a arte da sala de aula e agora com sua dedicação e otimismo os caminhos obscuros da Análise do Discurso;
- Às professoras Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento e Maria Regina Momesso de Oliveira que participaram da minha banca de qualificação e apresentaram-me grandes contribuições para o trabalho;
- A todos os demais professores do Mestrado em Lingüística: Ana Cristina Camelino, Maria Flávia de Figueiredo Pereira Bollela, Juscelino Pernambuco, Vera Lúcia Rodella Abriata que nos conduziram para todos os campos da Lingüística e aperfeiçoaram nosso conhecimento;
- Aos amigos que construí durante o curso e ficarão para a vida: Cristiane, Gilberto e Mônica;
- À Secretaria de Estado da Educação de São Paulo que me concedeu a ajuda financeira para a realização do curso;
- Aos supervisores de ensino Jefferson e Maria Luiza que acompanharam o meu processo de Bolsa Mestrado junto a SEE;
- A Deus – força essencial para todos os momentos de vida.

Quero falar da descoberta que o eu faz do outro. [...] Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um eu também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estou só aqui, pode realmente separá-los e distingui-los de mim.

TZVETAN TODOROV



## RESUMO

BAVIERA, Evaldo. *Discurso político, ethos e memória discursiva: uma análise da constituição do sujeito Lula*. 2008.106f. (Mestrado em Lingüística) Universidade de Franca

Tomando como referencial teórico a Análise do Discurso de linha francesa a partir de suas fontes - Michel Pêcheux e Michel Foucault – mas também de outros pesquisadores contemporâneos, tais como Gregolin, Charaudeau e Maingueneau, buscamos, neste trabalho, refletir sobre as relações entre o discurso político, a memória discursiva e *ethos*. Elegendo como *corpora* o discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 e algumas charges veiculadas por ocasião do envolvimento do seu governo em episódios de corrupção em 2005, buscamos verificar como se constrói o sujeito Lula em um discurso tipicamente político – um *ethos* entusiasta e transformador - e como um novo acontecimento político interfere na reconstrução ou desconstrução desse sujeito. Por meio dessa análise, tentamos mostrar as semelhanças e diferenças entre esses sujeitos e quais efeitos de sentido são produzidos nestes dois momentos do percurso político de Lula.

**Palavras-chave:** Discurso político; *ethos*; memória discursiva; Lula.

## ABSTRACT

BAVIERA, Evaldo. *Political Speech, ethos and discursive memory: a constitution analyze of Lula* subject.2008 (Mestrado em Lingüística) Universidade de Franca

Taking as theoretical reference the analysis of speech based on a French line, coming from its fountain – Michel Pêcheux and Michel Foucault – but also other contemporary researchers such as Gregolin, Charaudeau e Maingueneau, we tried in this work to reflect the political speech; the discursive memory and ethos. We elect as corpora the president Luiz Inacio Lula da Silva ´s possession speech in 2003 and some charges that occurred in that occasion of his involvement with corruption episodes in 2005. We tried to verify how is the construction of subject Lula in a speech typically political - an ethos that brings enthusiasm and a transformation and how a new political happening interferes in the reconstruction or deconstruction of this subject. In this way we tried to show the similarities and differences and which effects of meaning are produced in these two moments of political course of Lula.

**Key words:** political speech, ethos, discursive memory, Lula.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1. ANÁLISE DO DISCURSO E CONCEPÇÃO DE SUJEITO: AS CONTRIBUIÇÕES DE PÊCHEUX E FOUCAULT</b> .....	24
1.1.Pêcheux: de um sujeito assujeitado a um sujeito heterogêneo: as três épocas da AD.....	24
1.2.O saber discursivo que torna possível todo dizer: memória discursiva, interdiscurso e história.....	29
1.3.Authier Revuz: a noção de heterogeneidade discursiva.....	35
<b>2.DISCURSO DE POSSE DE LULA EM 2003 E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO</b> .....	38
2.1.O discurso político e a constituição do <i>ethos</i> .....	38
2.2.Discurso político: algumas estratégias enunciativas.....	42
<b>3. O PAPEL DA MEMÓRIA DISCURSIVA E A PRODUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDO EM CHARGES: A DESCONSTRUÇÃO DO SUJEITO</b> .....	62
3.1.Análise do Discurso: texto escrito, imagem e memória.....	64
3.2.A charge: uma manifestação derrisória do sujeito político.....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	86
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	89
<b>ANEXO</b> .....	93

# INTRODUÇÃO

“A linguagem não faz sentido, a não ser na medida em que esta é considerada em um contexto psicológico e social”

Patrick Charaudeau

O marco da Análise do Discurso de linha francesa (AD) está na década de 1960 do século XX. Sabemos que a AD nos fornece um dispositivo teórico para o trabalho do analista, considerando-se os aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem a produção dos discursos.

O que importa para a AD é considerar o modo de funcionamento lingüístico textual dos discursos, as diferentes modalidades do exercício da língua num determinado contexto histórico-social de produção (BRANDÃO, 1998, p. 19).

Dessa forma, o nosso trabalho como analistas do discurso é perceber as possibilidades de sentidos além daqueles expressos pelo conteúdo da materialidade textual, observando o espaço da enunciação e quais são os sujeitos envolvidos. Buscamos, portanto, a partir da AD, responder às questões de certa forma obscuras, ou seja, que não estão apenas na materialidade lingüística, mas cuja existência reside também na exterioridade do lingüístico, no espaço social em que o dizer e o dito jogam com diferentes posições dos sujeitos inscritos sócio-histórica e ideologicamente.

Partiu-se desse pressuposto com o objetivo de investigar como se constrói o sujeito em um discurso propriamente político - Lula em seu discurso de posse em

2003 - e em charges veiculadas pela mídia impressa e posteriormente divulgadas no site [www.chargeonline.com.br](http://www.chargeonline.com.br) como as melhores charges, mês a mês, do ano de 2005. Tais charges remetem, por sua vez, a um tempo conturbado para o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva<sup>1</sup>, visto que seu governo esteve envolvido em problemas de corrupção política, conforme as várias denúncias feitas pelas mídias a partir de 2005<sup>2</sup>.

A base teórica para a realização desse trabalho está centrada principalmente nas concepções de sujeito, *ethos*, e de memória discursiva. Para tanto, como afirma Pêcheux (2002, p. 44) a prática de leitura possibilita multiplicar as relações entre o que dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito.

Como se sabe, Lula foi líder sindical nos anos da ditadura e chegou a ficar detido em 1981 nas instalações do DOPS, em São Paulo, por vinte e um dias. O início da sua vida política, propriamente dita, no entanto, dá-se com a disputa pelo

Governo de São Paulo (1982), sem vitória, e disputas para deputado federal (obteve a maior votação de 1986, e foi, portanto, eleito), além de três candidaturas a presidente: 1989 – quando perdeu para Fernando Collor de Mello;

---

<sup>1</sup> Doravante Lula

<sup>2</sup> Em seus quase trinta meses de vida, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva nunca esteve tão acuado. A crise que se seguiu à divulgação por VEJA do vídeo da corrupção nos Correios espalhou o receio de que o caso acabasse se multiplicando em outros escândalos. Afinal, em suas desassombradas confissões, o alto funcionário Maurício Marinho descreve a corrupção nos Correios e relata a existência de esquemas semelhantes em outras estatais. Mais um motivo para o susto foi a rapidez com que a oposição – com a ajuda de boa parte dos aliados – viabilizou a criação de uma CPI mista para investigar o caso. A possibilidade de que a CPI seja mesmo instalada produziu um clima de pânico. Na quarta-feira, em conversa com um aliado, o ministro José Dirceu explicou a origem de tanta apreensão: “É impossível que uma CPI minimamente bem-feita não pegue o Delúbio e o Silvinho”. Ele referia-se ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e ao secretário-geral do partido, Silvio Pereira. Os dois participaram da distribuição de cargos federais entre os partidos aliados – o PTB, inclusive.

1994 e 1998 – sendo nas duas ocasiões derrotado por Fernando Henrique Cardoso; 2002, quando foi eleito presidente do Brasil com um discurso mais moderado e conciliador.

Ler o discurso de posse do presidente Lula em 2003<sup>3</sup> nos leva a crer que o país será outro a partir daquele momento, o mote do próprio discurso é a palavra “mudança”, que sugere um novo discurso: um discurso de um presidente com grande entusiasmo para oportunizar todas as mudanças sociais, políticas e econômicas e transformar o Brasil “naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos”, conforme o pronunciamento do próprio Lula (Discurso de Posse, 01 de janeiro de 2003).

O nosso percurso foi mostrar como se constitui esse sujeito Lula no seu primeiro discurso político como Presidente da República (Discurso de Posse em 01 de janeiro de 2003) e comparar com o sujeito Lula constituído nas charges

---

<sup>3</sup> Nos 45 minutos de seu discurso de posse, no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva empregou catorze vezes a palavra mudança e treze vezes o termo fome. Também recitou, no início da fala, uma cantilena que afaga os ouvidos radicais do PT: "Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades (...), a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária". Mas, deixando de lado as concessões aos lugares-comuns do esquerdismo, compreensíveis em um político com a trajetória de Lula, o discurso do novo presidente foi uma reafirmação dos princípios que nortearam o governo de Fernando Henrique Cardoso. Deixou claro que existe uma linha de continuidade entre ambos ao rejeitar rupturas tanto no plano institucional quanto no econômico. Veja-se, por exemplo, o que FHC disse em seu discurso de posse em 1995: "Mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável". Oito anos depois, foi a vez de Lula afirmar: "Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio de diálogo e negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro".

**Revista Veja Edição 1 784** - 8 de janeiro de 2003-  
([http://veja.abril.com.br/080103/p\\_028.html](http://veja.abril.com.br/080103/p_028.html)- página acessada em 20/04/2007)

veiculadas na imprensa periódica a partir do momento em que o seu governo é envolvido em grande esquema de corrupção. Será o mesmo sujeito nos dois *corpora*? Ou não? E como se dá a produção de efeitos de sentidos nas charges selecionadas como parte para o nosso corpus a partir dessa constituição do sujeito? Estas foram as perguntas que estiveram presentes em todo o nosso trabalho para que pudéssemos analisar, enquanto pesquisadores do discurso, como um novo acontecimento interfere na constituição de um sujeito que fora construído ao longo do tempo e de que forma isto acontece.

Para darmos suporte à nossa análise, apoiamos nosso estudo, ao falarmos da constituição do sujeito, em Michel Pêcheux (1969) e Michel Foucault (2007); sobre memória discursiva, em Pêcheux (1999) e Gregolin (2000); para o discurso político e constituição do *ethos*, em Patrick Charaudeau (2006) e Maingueneau (2004), além de recorrermos a Authier-Revuz no que se refere à noção de heterogeneidade discursiva.

Organizamos o trabalho em três partes: na primeira parte foram levantados os aspectos teóricos, segundo nossa linha de pesquisa, a Análise do Discurso de linha francesa e os conceitos de sujeito, *ethos* e memória discursiva.

Na segunda parte, realizamos a análise do discurso do pronunciamento do Presidente Lula, em sua posse como Presidente do Brasil, no parlatório, no Palácio do Planalto, em Brasília, no dia primeiro de janeiro de 2003<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A primeira semana de janeiro de 2003 já está inscrita na história brasileira. É histórica a chegada ao poder do ex-operário que, durante o discurso de posse, resumiu em poucas palavras sua extraordinária biografia de retirante nordestino a presidente da República. É histórica a gigantesca e vibrante manifestação popular que saudou, cantou, gritou e chorou na cerimônia de posse de Lula em Brasília. Antes, já era histórica a votação de Lula, eleito com quase 53 milhões de votos, ou 62% dos votos úteis, a mais significativa votação da era democrática brasileira e também uma das mais expressivas do mundo. Já era histórico, também, seu vasto apoio para governar, com 76% do eleitorado, três semanas antes da posse, dizendo que acredita no sucesso de seu governo – o mais alto índice de otimismo nos últimos treze anos, embora seja apenas ligeiramente superior ao de seus antecessores. Com tantos ineditismos, Lula assume o comando do país com um empuxo excepcional – para o bem e para o mal.

Em seguida, na terceira parte, nossas análises se concentram na seleção de charges que representam um momento conturbado para o presidente Lula, em que começam a aparecer denúncias de corrupção em seu governo, em 2005.

Nas considerações finais, refletimos sobre aquilo que nossas análises revelaram em relação ao sujeito constituído no discurso de Posse do presidente Lula e nas charges em análise, mostrando aproximações e divergências com relação a esta constituição do sujeito.



# 1 . ANÁLISE DO DISCURSO E CONCEPÇÃO DO SUJEITO – PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DE PÊCHEUX E FOUCAULT

“... somos diferença (...)

Nossa razão é a diferença dos discursos

Nossa história é a diferença dos tempos,

Nosso eu, a diferença das máscaras...

A diferença – a dispersão que somos e que fazemos.”

Michel Foucault

Foi Aristóteles, filósofo grego, o primeiro que disse ser o homem um animal político, criado para viver em sociedade, um ser social, criador de linguagem e que, por meio dela, interage com o outro.

A Análise do Discurso de linha francesa toma o discurso como objeto de investigação e entende que a noção de discurso deve ser compreendida como um efeito de sentidos entre sujeitos em interlocução: sujeitos se manifestando por meio da linguagem. Considerando esses princípios, neste capítulo sintetizamos os elementos teóricos que formam a base de nossas reflexões: a memória discursiva, a constituição do sujeito e a constituição do *ethos*.

## 1.1 Pêcheux: de um sujeito assujeitado a um sujeito heterogêneo: as três épocas da AD

Em resposta ao questionamento do corte saussuriano que exclui dos estudos da linguagem o referente, o mundo e o sujeito, outros pesquisadores buscaram estudar esses elementos que foram deixados de lado por Saussure. Entre eles, encontramos o trabalho de Benveniste que, propôs uma teoria da enunciação em que considera que o funcionamento da língua ocorre por um ato individual de utilização, isto é, a partir de um ato de vontade de um sujeito em relação a um interlocutor, e que esse sujeito se constitui pela e na linguagem.

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego. A subjetividade de que tratamos aqui é a capacidade do locutor se propor como sujeito. [...] É ego que diz ego. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo status lingüístico da “pessoa”. (BENVENISTE, 1995, p. 286)

Na mesma década em que Benveniste propõe seus estudos enunciativos, surge a Análise do Discurso (AD)<sup>5</sup> com Michel Pêcheux, 1969, *Análise automática do discurso* em que coloca em cena o discurso como objeto de análise que será diferenciado tanto da língua quanto da fala. O discurso não pode ser confundido como uma mera transmissão de informação nem com um simples ato de dizer, pois evoca uma exterioridade à linguagem: a ideologia e o contexto social.

Orlandi (2005, p.19-20) explica que:

Para a Análise do Discurso: a) a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Lingüística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise de linguagem); b) a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos); c) o sujeito da linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

---

<sup>5</sup> A partir desse momento empregaremos a abreviatura AD pra a expressão Análise do Discurso.

Percebemos que a AD é herdeira de três áreas diferentes: a Lingüística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico, o que permite verificar que a articulação dessas áreas possibilita apresentar o discurso em suas relações com o mundo exterior. Assim, a articulação com o Marxismo processa o encontro do ideológico com o lingüístico; com a Lingüística, descreve-se os funcionamentos da língua que produzem os efeitos de sentido, considerada a língua como processo; com a Psicanálise, emerge a noção de subjetividade, que leva a crer na impossibilidade de separar a constituição do sujeito da constituição de seu discurso.

Após revisões e mudanças em seus principais conceitos, Pêcheux (1969) configura a AD em três épocas AD1, AD2, AD3.

A primeira época da AD, a AD1, é marcada por um sujeito considerado assujeitado, mas que tem a ilusão de ser a fonte do discurso, sendo que o discurso aqui é visto como resultante de condições de produção estáveis e homogêneas, fechado em si mesmo, como afirma Pêcheux (1983, p. 311):

Um processo de produção discursiva é concebido como uma maquinaria, uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que utilizam seus discursos quando na verdade são seus servos assujeitados, seus suportes.

Na segunda época da AD, AD2, o autor tomou emprestado de Foucault (1969) a concepção de formação discursiva<sup>6</sup>, que segundo o próprio Pêcheux (1983, p. 314):

---

<sup>6</sup> Para Orlandi (2005, p.45), a noção de formação discursiva, ainda que polêmica é básica na AD, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada determina o que pode e deve ser dito.

[...] começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com o seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais [...].

Na AD2 percebemos, portanto que uma formação discursiva constitui-se de outras formações discursivas de elementos que vêm de seu exterior que receberão, segundo o autor, a denominação de pré-construído. Assim, a terceira época da AD, a AD3, marca-se pela desconstrução da noção de maquinaria discursiva fechada. Este é o momento em que a homogeneidade do discurso é abandonada, começa-se a reconhecer a não neutralidade da sintaxe, a noção de enunciação passa a ser abordada e começam as reflexões e indagações sobre a heterogeneidade enunciativa, levando assim, a uma discussão sobre o discurso outro.

Para Pêcheux (1975), em *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e Perspectivas*, podemos distinguir duas formas de esquecimento no discurso:

- a) Esquecimento número um, ou esquecimento ideológico, é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por este esquecimento o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que ele diz, quando na realidade, ele retoma sentidos pré-existentes.
- b) Esquecimento número dois – que é da ordem da enunciação: quando o sujeito fala, o faz de uma maneira e não de outra e, ao longo do seu dizer formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro.

Estas ilusões não são “defeitos”, mas uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Logo o esquecimento é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Pêcheux (1983, p. 316-317) nos esclarece que:

Alguns desenvolvimentos teóricos que abordam a questão da heterogeneidade enunciativa conduzem ao mesmo tempo, a tematizar, nessa linha as formas lingüístico-discursivas do discurso outro:

- discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro.
- mas também e, sobretudo a insistência de um “além” interdiscursivo que vem, aquém de todo autocontrole funcional do “ego-eu”, enunciador estratégico que coloca em cena “sua” seqüência, estruturar esta encenação (nos pontos de identidade nos quais o “ego-eu” se instala) ao mesmo tempo em que desestabiliza (nos pontos de deriva em que o sujeito passa no outro, onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa).

É importante lembrar, ainda, que Michel Pêcheux (1969) destacara vários conceitos fundamentais para o quadro teórico da AD, porém não apresentara nenhuma reflexão sobre a natureza heterogênea do discurso. Somente a partir de *Semântica e Discurso* (1997), quando o autor faz uma revisão do quadro teórico da AD, começa a considerar essa noção. Com a continuidade de seus estudos, Pêcheux, afirma que no interior de uma formação discursiva o discurso não constitui um todo homogêneo, dessa forma, a formação discursiva passa a ser caracterizada pela heterogeneidade.

Desse ponto de vista, e considerando que é através da linguagem que temos a base de todo processo discursivo, o sujeito que vive em determinado espaço social, é marcado pela disputa permanente de forças antagônicas das formações discursivas.

É esclarecedor o que nos diz Orlandi (2006, p.17):

[...] o sentido de uma palavra, uma expressão etc. não existe em si mesmo (isto é, em uma relação transparente com a literalidade), mas ao contrário é determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são

produzidas, isto é, reproduzidas. Elas mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. As formações discursivas são a projeção, na linguagem das formações ideológicas.

Considerando o que a autora nos coloca no fragmento acima, podemos dizer que os indivíduos são interpelados em sujeitos de seu discurso pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas das quais são correspondentes. Não se pode, portanto, como afirma a autora (2006, p.17) pensar o sentido e o sujeito sem pensar a ideologia. Do mesmo modo não podemos pensar a ideologia, em termos discursivos, sem pensar a linguagem.

Na seqüência, Orlandi (2006) afirma que o discurso é a materialidade da ideologia e a língua é a materialidade do discurso e desse modo a relação entre língua e ideologia afeta a constituição do sujeito e do sentido, ambos se constituem ao mesmo tempo. É pelo fato de dizer que o sujeito se diz, se constitui.

## **1.2 O saber discursivo que torna possível todo dizer: memória discursiva, interdiscurso e história**

Pêcheux (1999, p. 152) nos coloca que a memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os “implícitos” (os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. Assim, poderíamos dizer que a memória discursiva se define como o interdiscurso: um saber discursivo que possibilita que nossas palavras façam sentido.

Dessa forma, considerando que o sujeito é heterogêneo, histórico e ideológico, não se pode deixar de observar a importância do interdiscurso<sup>7</sup> na prática discursiva. Quando enuncia, o sujeito tece discursos e para isso, mobiliza a memória discursiva e o faz mesmo que inconscientemente, com “já ditos”.

Diante disso, podemos afirmar que toda formação discursiva apresenta, em seu interior, a presença de diferentes discursos processo que denominamos na AD de interdiscurso.

O que nos parece ser evidente e necessário, portanto, é verificar a forma com que os discursos presentes na memória social, na memória de uma cultura são retomados e re-significados nos textos selecionados para análise no trabalho em questão.

Recorremos ao que diz Gregolin (2003, p. 54):

A ordem do discurso é uma ordem do enunciável. A ela deve o sujeito assujeitar-se para se construir em sujeito do seu discurso. Por isso, o enunciável é exterior ao sujeito enunciatório e o discurso só pode ser construído em um espaço de memória, no espaço de um interdiscurso, de uma série de formulações que marcam cada uma, enunciações que se repetem, se parafraseiam, opõem-se entre si e se transformam.

Compreendemos, portanto, que não se pode deixar de analisar uma outra questão: a memória discursiva no contexto da Análise do Discurso e a sua implicação na produção de sentidos.

Para nossa análise neste trabalho também não podemos deixar de mencionar Foucault (2007) sabemos que para o desenvolvimento da obra de

---

<sup>7</sup> Entenderemos para este trabalho o que Maingueneau e Charaudeau definem como “interdiscurso: “Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso. Em um sentido restrito, o interdiscurso é também um espaço discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros.” (MAINGUENEAU E CHARAUDEAU, 2004, p. 286). Verifica-se assim, que o interdiscurso se manifesta com a presença de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos da história e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva

Pêcheux ele foi essência porque nas primeiras reformulações da AD pecheutiana, Foucault se fazia presente com o conceito de formação discursiva.

Segundo Foucault (2007), o discurso é entendido como uma dispersão, isto é, não podemos abordá-lo como único, possuidor de um princípio de unidade.

A esse respeito esclarece Brandão (1995, p. 28):

Cabe à Análise do Discurso descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos. Tais regras, chamadas por Foucault de “regras de formação”, possibilitam a determinação dos elementos que compõem o discurso, a saber: os objetos que aparecem, coexistem e se transformam num espaço comum discursivo; os diferentes tipos de enunciação que podem permear o discurso; os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema; os temas e teorias, isto é, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias.

Observa-se, portanto que Foucault, apesar de não ter se preocupado com o nível lingüístico, deixa algumas idéias importantes para que se estabeleçam as diretrizes da AD: a concepção de discurso como prática que provém da formação de saberes; o conceito de formação discursiva e suas regras de formação; a distinção entre enunciação e enunciado; a concepção de discurso e seu jogo com a questão do poder; discurso enquanto espaço em que saber e poder se articulam.

Para Foucault (2007, p.28):

[...] todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito, e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele não diz e esse não dito seria um vazio minando do interior, tudo que se diz.



A noção que Foucault nos dá, portanto, é a de que o contexto sócio-histórico em que o discurso está inserido é de fundamental importância para o estudo da enunciação. Para esse autor, toda a atividade comunicativa circula em um contexto sócio-histórico específico, dialogando com o social, com a história, ou seja, com o seu espaço e seu tempo.

É nossa tarefa, nesse sentido, perceber que os discursos se organizam, são ditos, ainda estão por dizer, cabendo ao analista buscar esses efeitos de sentido produzidos pela enunciação desses discursos. Analisar o discurso implica dizer que o regresso ao discurso nunca pode ser considerado como o mesmo, pois as condições de produção geram novos discursos.

Para a constituição da subjetividade e para compreendermos melhor a concepção que Foucault tem de poder, traremos para o nosso estudo o livro *Vigiar e Punir* (2004), no qual o filósofo descreve um panorama sobre as transformações do poder e suas implicações para a constituição da subjetividade. O autor defende a tese de que as mudanças nas relações de poder geram transformações na constituição da subjetividade, sendo esta historicamente determinada, proveniente das lutas de forças que o indivíduo estabelece consigo e com o meio.

Assim, ao analisar essas relações, percebemos que o corpo, as relações de poder e as formas de subjetivação caminham sempre juntas, como nos mostra o autor:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior de um corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos – de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência... Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a

referência de um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder (FOUCAULT, 2004, p. 28).

Em suma, para Foucault, (1995, p. 243):

Uma relação de poder se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis.

Considerado dessa forma, percebemos que o poder não é algo consolidado e sim algo que pode e vai sendo construído, modificado, transformado pelas resistências que lhe são impostas.

Comparando, portanto com a afirmação sobre a subjetividade, que colocamos anteriormente, cuja constituição é marcada pelas relações de poder que incidem em nossos corpos, concluímos que a subjetividade encontra-se constantemente em formação.

Desdobrando os aspectos já apontados, devemos explicitar que Foucault sugere que se parta das formas de resistência do sujeito contra diferentes formas de poder, quer dizer, abordar o tema do poder através das relações em que ele é inserido na cultura contemporânea, o que significa tomar por objetos as relações de poder investidas nas ações do sujeito. É preciso, pois, percebermos que Foucault vê as formas de poder como formas constitutivas do sujeito moderno. Assim, Foucault não vê o poder como elemento capaz simplesmente de exercer coerção, mas ele é também constitutivo dos sujeitos.

Isto posto, reiteramos que para Pêcheux (1975, p. 17) a ilusão discursiva do sujeito consiste em pensar que ele é a fonte, a origem do sentido do que diz. Já Foucault (2007), nos coloca que um sujeito ocupa uma posição enquanto

enunciador, sendo assim o sujeito da ordem do discurso. Nessa abordagem, o sujeito deixa de ser o centro da interlocução e passa a estar não mais no *eu* e no *tu*, mas no espaço criado entre ambos, o discurso.

A esse respeito, em *Arqueologia do Saber* (2007), Foucault demonstra que o sujeito não seria “causa”, “origem” ou “ponto de partida” de um enunciado, mas que deve levar em consideração o lugar ou a posição de onde se enuncia uma frase ou texto. Para o filósofo, um enunciado deve ser escrito a partir da posição que o sujeito ocupa quando o está proferindo.

Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola (FOUCAULT, 2007, p. 112).

Já em *A Ordem do Discurso* (1996), Foucault nos coloca que o discurso está na ordem das leis, ou seja, o que o sujeito fala de um determinado lugar é o que a instituição lhe permite fazer. Compreender o sujeito requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz. Percebemos então que é na linguagem e pela linguagem que o sujeito é produzido.

Outro fator que se faz necessário para o nosso estudo e que a AD tem estudado é relação entre o discurso e a História.

A AD entende o discurso como a materialização do processo enunciativo, cuja materialidade exhibe a articulação da língua com a História (GREGOLIN, 2000).

Sendo assim, a AD propõe:

Uma teoria não subjetiva, em que o sujeito não é tido como responsável pelo engendramento os fenômenos discursivos e o sentido é constituído pela interação entre interlocutores. Assina-se assim, a incompletude do sujeito, que adquire completude em sua relação com o outro. (GREGOLIN, 2000, p.19)

Portanto, levando em consideração a língua e sua exterioridade constitutiva, percebemos a associação da linguagem à sociedade, ao contexto histórico no qual o sujeito está submetido.

### **1.3 Authier-Revuz: a noção de heterogeneidade discursiva**

Para que tenhamos uma melhor compreensão do sujeito se faz necessário entender o processo de heterogeneidade a que se refere Authier-Revuz, em *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso* (2004), em que define a noção de heterogeneidade discursiva.

A “heterogeneidade enunciativa”, segundo Authier-Revuz, está centrada na idéia de que a própria linguagem é constitutivamente heterogênea. Assim, quando falamos em linguagem heterogênea, a princípio, significa reconhecermos as outras vozes que marcam os discursos. Na AD a heterogeneidade se relaciona com o interdiscurso, o exterior constitutivo que dá condições para a construção de qualquer discurso:

E à problemática do discurso como produto de interdiscurso, tal como foi desenvolvida num conjunto de trabalhos consagrados ao discurso e à análise do discurso que estou me referindo. Baseadas ao mesmo tempo na reflexão de Foucault e na de Althusser, tais análises postulam um funcionamento regulado do exterior, do interdiscurso, para dar conta da produção do discurso, maquinaria estrutural ignorada pelo sujeito que, na ilusão se crê fonte deste seu discurso, quando ele nada mais é do que o suporte e o efeito (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27).

Ao investigar a heterogeneidade enunciativa no processo de constituição do discurso, Authier-Revuz, aponta dois tipos: a mostrada e a constitutiva.

Bakhtin em seus estudos sobre a linguagem nos coloca que todo discurso é dialógico por natureza, ao que Authier-Revuz chamou de heterogeneidade constitutiva, já que esta equivale ao funcionamento real do discurso sem, entretanto, explicar a alteridade na subjetividade. Já na heterogeneidade mostrada, a projeção do outro se deixa revelar no texto.

Devemos considerar, portanto, que a heterogeneidade constitutiva é aquela em que o outro constitui o um, o sujeito, e que este sujeito nem sabe quem é. Todo o conhecimento do sujeito serve como referência para a construção do seu discurso que é marcado, no texto, por um cruzamento de dizeres de outros. Enquanto na heterogeneidade constitutiva o sujeito não sabe da interferência do outro no seu discurso, na heterogeneidade mostrada, há a manifestação explícita de diferentes vozes no enunciado: o sujeito, no momento em que fala e escreve, traz para o seu dizer alguns outros que o constituem, marcando, dessa forma, a distância entre a sua fala e a de outros que ele seleciona de acordo com seus objetivos. Na superfície lingüística, esses “outros” são representados por citações, aspas, comentários, itálicos, metáforas, discurso indireto livre, ironia etc.

É na heterogeneidade mostrada que o sujeito enunciator retoma o discurso do outro e, ao fazê-lo, inscreve conscientemente o outro em seu espaço

discursivo sob diferentes formas. A heterogeneidade mostrada tem como efeito de sentido a separação entre o dizer que pertence ao outro e o próprio dizer.

Esses conceitos propostos por Authier-Revuz podem ser articulados aos esquecimentos um e dois, propostos por Pêcheux, ou seja, em relação ao esquecimento um, vemos a possibilidade de que se estabeleça a articulação entre o conceito do sujeito que se crê fonte de seu discurso e o conceito de heterogeneidade constitutiva proposto por Authier-Revuz – sendo perpassado pela ilusão de ser a origem de seu discurso, o sujeito acaba não percebendo o que marca os limites do dizer do outro, cujo dizer passa como sendo constitutivo do discurso do sujeito que enuncia.

Podemos também perceber que o ponto de articulação entre o esquecimento dois e a heterogeneidade mostrada pode ser estabelecido em função da realidade do pensamento refletido no discurso que leva o sujeito a demarcar o outro em seu espaço discursivo.

A partir dos elementos teóricos que constituem o nosso trabalho, e sem a pretensão de tê-los esgotado buscaremos fazer dialogar os conceitos elencados neste capítulo com as especificidades inerentes ao *corpus* selecionado para nossa análise: o discurso de posse de Lula em 2003 e as charges veiculadas pela internet em 2005 quando o governo Lula foi alvo de várias denúncias de corrupção. Pensando em toda esta problemática que envolve o sujeito e sua constituição, e com os levantamentos que fizemos até aqui, acreditamos ter uma base para as análises que se iniciam nos capítulos posteriores.

## 2. DISCURSO DE POSSE DE LULA EM 2003 E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

“O discurso político é, por excelência um jogo de máscaras”

Patrick Charaudeau

Considerando que este trabalho tem por objeto de análise o discurso de posse do Presidente Lula em 2003 e que se trata de um *corpus* predominantemente formado pelo discurso político, neste capítulo pretendemos fazer um levantamento do discurso político e do *ethos* e de algumas estratégias enunciativas usadas pelo discurso político e a análise propriamente dita do discurso de posse do presidente Lula em 2003.

### 2.1.O discurso político e a constituição do *ethos*

O *corpus* de nosso trabalho é formado essencialmente pelo discurso político. Levando-se em conta essa questão, concebemos também que o discurso é uma forma de ação de um enunciador sobre o seu co-enunciador<sup>8</sup> e vice-versa.

---

<sup>8</sup> CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. .197 afirma que o termo co-enunciador foi “introduzido pelo lingüista A. Culioli, substituindo destinatário, para designar que a enunciação é, de fato, uma co-enunciação, que os dois parceiros desempenham aí um papel ativo. Quando o enunciador fala, o co-enunciador comunica também: ele se esforça para pôr-se em seu lugar para interpretar os enunciados e influencia-o constantemente através de suas reações. [...] Deve-se igualmente distinguir o ‘co-enunciador ouvinte’, que pode agir imediatamente sobre o enunciador, e o ‘co-enunciador leitor’.”

Conforme assinalamos anteriormente é essencial para a AD relacionar o discurso à sua exterioridade, levando em consideração os processos de produção e circulação de sentidos.

A AD é capaz de levar-nos a uma grande variedade de interpretação, pois exige do analista que este selecione os conceitos de acordo com a questão que vai ser investigada. De acordo com Orlandi (2005, p.27):

Uma análise não é igual à outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais.

Foi pensando nessa questão que resolvemos fazer um aprofundamento sobre discurso político, em nosso *corpus*, pois de acordo com Charaudeau (2006, p, 42-43).

Qualquer que seja o lugar de aparição, o “discurso político” não constitui um ornamento da conduta política, colocada em palavras, explicada ou comentada, vestida com mais ou menos felicidade, enfim, uma superestrutura. O discurso é constituído do político. Ele está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão, para o melhor e para o pior. Ele é ao mesmo tempo, lugar de engajamento de seu posicionamento e de influência do outro.

A partir dessa discussão resolvemos investigar sobre o *ethos*<sup>9</sup> e as estratégias discursivas do enunciador no seu discurso de posse em 2003 para obter a adesão do co-enunciador.

---

<sup>9</sup> O termo *ethos* foi por empréstimo da antiga Retórica e se refere à imagem de si que o locutor constrói em seu discurso. Maingueneau foi o responsável pela retomada deste conceito nos estudos de Análise do Discurso. Para ele “o enunciador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber”. Para ele o conceito de *ethos* está intimamente ligado à noção de cena de enunciação. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 220-221)



Oriundo da Retórica, o conceito de *ethos* está relacionado à imagem que o orador mostra de si mesmo, ou seja, todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si.

Na concepção dos analistas do discurso, segundo Charaudeau (2006), o *ethos* está na aparência do ato de linguagem, naquilo que o sujeito falante dá a ver e entender, está ligado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso e não indivíduo “real”, apreendido independentemente de sua atividade oratória.

Para Charaudeau (2006, p. 115):

O *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se traveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: o olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apóia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso - o que ele sabe *a priori* do locutor - e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem.

Com base nestas informações, podemos perceber que o discurso político é ao mesmo tempo lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro.

Charaudeau (2006) ainda afirma que para sustentar a posição de que para construir a imagem do sujeito que fala, o outro se apóia ao mesmo tempo nos dados preexistentes no discurso e nos dados trazidos pela própria linguagem, é preciso voltar na questão da identidade do sujeito falante que desdobra em duas componentes conforme nos coloca :

Em sua primeira componente, o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor; é ela que lhe dá direito à palavra e que funda sua

legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação.

Em sua segunda componente, o sujeito constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir. ( CHARADEAU,2006,P.115)

Não podemos, portanto, deixar de perceber que o sentido que é veiculado por nossas palavras quando enunciamos depende daquilo que somos, cremos ser e daquilo que dizemos.

Charaudeau (2006) nos coloca que o *ethos* é o resultado dessa dupla identidade, mas que termina por se fundir em uma única. Afirma ainda que quando os indivíduos falam, não se torna o que eles dizem pelo que eles são, pois sabemos que todo sujeito que fala pode jogar com máscaras, ocultando o que ele é pelo que diz ou a nossa interpretação do que ele diz pode ser como se o que ele diz viesse a coincidir com o que ele é.

O autor constata ainda que:

O *ethos* não é totalmente voluntário (grande parte dele não é consciente), tampouco necessariamente coincide com o que o destinatário percebe, reconstruído ou construído, o destinatário pode bem construir um *ethos* do locutor que este não desejou, como frequentemente acontece na comunicação política . O *ethos* encontra-se no centro desse paradoxo que sustenta a filosofia contemporânea, que mesmo sabendo que o sujeito não é um ( Nietzsche), que ele é dividido( Lacan), quer fazer como se fosse ele de fato um todo.( CHARADEAU,2006,.116)

Conforme afirma o próprio autor, trata-se de uma concepção idealizada da existência do sujeito, que pode ser aplicada ao sujeito do discurso e que guia a comunicação social na qual se constrói o *ethos*.

## 2.2. Discurso político: algumas estratégias enunciativas

Com o intuito de aprofundarmos nossas reflexões sobre o discurso político, em especial na estratégia usada pelo sujeito para buscar a adesão do outro convencendo seus co-enunciadores, optamos por fazer a análise dessa estratégia tendo em vista que, de acordo com Charaudeau(2006) a política é um domínio de prática social em que se enfrentam relações de força simbólicas para a conquista e a gestão de um poder. Nesse processo, o sujeito político deve persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores.

Notamos desse modo que o enunciador deve fazer a partir da escolha de suas estratégias enunciativas com que o maior número de cidadãos junte-se a esses valores propostos por ele.

A esse respeito nos lembra Charaudeau (2006, p.79):

O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva: uma que corresponda ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade, outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder : a primeira constitui o que chamamos de posicionamento ideológico do sujeito do discurso; a segunda constrói a posição do sujeito no processo comunicativo.

Em função dessa dupla identidade discursiva, o enunciador em seu discurso caracteriza essa identidade discursiva num “*Eu - nós*”, o que Charaudeau (2006) chama de uma “identidade do singular coletivo: é a voz de todos na sua voz,” ao mesmo tempo em que se dirige a todos como de fosse apenas o porta-voz de um “*Terceiro*”, enunciador de um ideal social.

(CHARAUDEAU, 2006, p. 80)

Para o autor, o enunciador estabelece um pacto de aliança entre esses três tipos de voz - a voz do Terceiro, a voz do Eu, a voz do Tu, todos que terminam por se fundir em um corpo social abstrato, freqüentemente expresso por um Nós que desempenha o papel de guia.

Assim, podemos afirmar que cabe ao enunciador-político inspirar em seu co-enunciador confiança, admiração, credibilidade, aderindo à imagem ideal de chefe que se encontra no imaginário coletivo.

As estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem de vários fatores: de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que ele julgar necessário defender ou atacar : as pessoas, as idéias ou as ações.( CHARADEAU,2006,p.82)

É através dessa relação direta entre enunciadores que o sujeito vai se constituindo, sendo obrigado a construir para si um personagem, que valerá como uma imagem de si e que faz com que a construção do *ethos* tenha características próprias.

Ao tomar posse, em primeiro de janeiro de 2003, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, com um discurso formado por 3926 palavras e 64 parágrafos, profere que a sua eleição representou um grande desejo de mudança contra todo o modelo anterior que gerava estagnação, desemprego e fome em vez de crescimento.

Na seqüência, afirma que a mudança deveria enfrentar a ameaça à soberania nacional, a insegurança pública, ao desrespeito ao impasse econômico, social e moral. Porém para que houvesse mudança o Brasil precisava de projeto de desenvolvimento nacional, de paciência e perseverança. Para o presidente, o Brasil

e seu povo são extraordinários e naquele momento eram convidados a enfrentar o problema da fome de milhões de brasileiros, fato inaceitável num país tão rico.

Em virtude dessa riqueza, é imprescindível fazer uma reforma agrária em terras ociosas, incrementando assim a agricultura familiar, o cooperativismo e a economia solidária, ao lado do apoio ao agronegócio. As vulnerabilidades devem ser enfrentadas pelo país para que se consigam empregos aos brasileiros que querem viver do seu trabalho.

Para tanto se faz necessário combater a inflação, exportar mais, agregar valores aos produtos, fortalecer as microempresas, investir em capacitação tecnológica e venda da produção, buscando um novo estilo de governo combatendo a corrupção e defendendo a o interesse público para vencer a cultura da impunidade.

Posteriormente, afirma que do Congresso espera-se a contribuição pra as reformas e com relação à política externa, através do comércio exterior, seu governo é melhorar as condições de vida dos brasileiros para elevar os níveis de renda e gerar empregos dignos. Na política interna, para o presidente se faz necessária uma parceria do Governo Federal com Estados para uma política de segurança com eficiência. É preciso que se construa no Brasil um símbolo mundial de tolerância, deixando a mensagem que se pode fazer muito mais como o próprio presidente o fez ao olhar a sua trajetória de vida: de retirante a presidente do Brasil.

Observamos então que o presidente lança as bases e condições das mudanças que iria promover para o povo e para o país. Para o enunciador a palavra chave é mudança e a justificativa dada pelo mesmo está na sua escolha pelo povo brasileiro, ou seja, o anseio por mudança por parte de quase cinquenta e três

milhões de eleitores que votaram nele na eleição que o elegeu presidente da República<sup>10</sup>.

**E1-"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.** Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, **a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003). (grifos nossos)**

A partir de então, nosso objetivo é analisar a constituição do sujeito Lula em seu discurso de posse no primeiro mandato, em janeiro de 2003, aqui entendido no uso comum, como enunciado solene pronunciado pelo Presidente da República. Assim, analisando as condições de produção do discurso empreendido por Lula, pretendemos demonstrar que esse discurso, que remete a um sujeito que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais e espaciais se constitui por meio da interação com o Outro.

Para a Análise de Discursos (AD) é fundamental relacionar o discurso à sua exterioridade, levando em consideração os processos de produção e circulação dos sentidos produzidos. Porém, ao buscar compreender como o discurso está repleto de significações para os sujeitos, a AD não privilegia o conteúdo. Não é importante, em vista disso, descobrir o que se diz nas entrelinhas como nos estudos de análise do conteúdo. Para o analista, além do conteúdo é importante saber como

---

<sup>10</sup> Com o intuito de facilitar o trabalho do analista e do leitor, os trechos do Discurso de Posse do presidente Lula serão numerados seqüencialmente em E1, E2, E3 etc.

se diz e quais efeitos de sentido esse dizer provoca quando se diz desse modo e não de outro.

Assim, aprofundaremos nossa análise no discurso político que, segundo Charaudeau (2006), é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro.

Para o autor citado, o discurso político é, por excelência, um lugar de jogo de máscaras e o sentido que nasce de todo ato de linguagem é o resultado do encontro entre um sujeito que enuncia e outro que o interpreta, cada qual agindo em função daquilo que imagina do outro, podemos então dizer, de acordo com a afirmação do autor, que a identidade desses sujeitos não é nada mais que a imagem co-construída que resulta desse encontro.

O autor explica ainda que a máscara é o que constitui nossa identidade em relação ao outro, argumentando que no que é dito, há sempre o que é dito e o que não o é, um não-dito, que entretanto, também se diz. Também aborda que no discurso político :

Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz.  
Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano. (CHARAUDEAU, 2006, PRÓLOGO)

O discurso político também é lugar de constituição do *ethos*, noção que pertence à tradição retórica, recuperada pela AD que, além de persuadir por argumentos, a noção de *ethos* permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a certa posição discursiva. Para Maingueneau (2005) o *ethos* é o conjunto de características relacionadas ao sujeito enunciador do discurso revelado pelo próprio modo como esse sujeito se enuncia. Trata-se, assim, não do

que esse sujeito diz a respeito de si, mas da imagem que constrói para o outro pelo modo de se expressar. O autor esclarece ainda que o *ethos* é parte integrante de uma formação discursiva qualquer, assim como outras dimensões da discursividade, é imposto por ela àquele que, em seu interior, assume um lugar de enunciação.

Verificamos desse modo que com o *ethos*, o co-enunciador tem condições de formar, por meio de índices de várias ordens fornecidas pelo texto, uma representação do sujeito enunciador que, por sua vez, desempenha o papel de um fiador do texto.

Entre as diversas dimensões da discursividade, podemos dizer que o *ethos* tem um papel importante, tendo em vista que está diretamente ligado à questão da eficácia de um discurso, ou seja, a capacidade que o sujeito enunciador tem para que seus co-enunciadores acreditem, creiam e sejam seduzidos por ele. O que se vê, portanto é que a instância subjetiva, manifestada no e pelo discurso através do *ethos*, se constitui por uma voz e um corpo historicamente investidos de valores compartilhados socialmente, para que legitime a enunciação de seu próprio discurso.

Duas razões me levaram a recorrer à noção de *ethos*: seu laço crucial com a reflexividade enunciativa e a relação entre corpo e discurso que ela implica. É insuficiente ver a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso apenas como estatuto ou papel. Ela se manifesta também como “voz” e, além disso, como “corpo enunciante” historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente (MAINGUENEAU, 2005, p. 75).

No *corpus* em análise, o presidente recém-empossado busca a construir a sua imagem, o seu *ethos* de homem humilde, digno, decidido, corajoso, esperançoso, perseverante e dinâmico que tem como principal objetivo promover mudanças tão esperadas pelo povo brasileiro.



A leitura do discurso de posse nos mostra que, durante a enunciação, o enunciador cria estratégias enunciativas que propiciam ora um maior distanciamento, ora um menor distanciamento entre enunciador e co-enunciador, o que nos permite dizer que o discurso constrói-se através da relação com o outro.

Encontramos nos traços da construção da imagem do sujeito-enunciador um presidente popular e inovador, eleito pelo povo, portanto com um poder legítimo que lhe foi dado pelo voto: “o povo brasileiro me elegeu Presidente da Republica: para mudar”. Em todo texto há a insistência nessa imagem, à medida que este sujeito se qualifica como autêntico representante do povo.

Para propor esta imagem de presidente popular e inovador, que vai mudar o Brasil, institui-se uma cena enunciativa<sup>11</sup>, uma cenografia a partir de três estratégias discursivas, perceptíveis na instalação da dêixis de pessoa, tempo e espaço:

a) um desdobramento do sujeito (eu/nós):

**E2“E eu estou aqui”**, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, **para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais**, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos. **Vamos mudar, sim. (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)**

---

<sup>11</sup> LOUZADA, 2006, p.159 apresenta que a noção de cena é constantemente utilizada para se referir à maneira pela qual o discurso constrói uma representação de sua própria situação. [...] É então, a “a cenografia” que designa a “cena” instituída por um discurso. Segundo a autora, essa “cenografia” não deve ser concebida como um quadro preestabelecido, mas como um processo de círculo paradoxal no qual a enunciação, por sua própria maneira de desdobrar seus conteúdos, deve legitimar a situação de enunciação que torna possível (enunciador e co-enunciador, momento e lugar).

- b) uma separação do sujeito enunciador do co-enunciador, cujo efeito discursivo parece ser o maior distanciamento do seu co-enunciador:

**E3**“Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que **vejo** em todo lugar é um **povo** maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, **um povo que sabe o que é sofrer**, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças...”. (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)

- c) desreferencialização do sujeito ,ou seja, o sujeito enunciador se porta como outro, no caso como o presidente da República se autodenominando: **E4 “Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional.”**  
**DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)**

A consideração conjunta dessas três estratégias discursivas nos faz perceber que na interlocução do enunciador desse discurso de posse com seu co-enunciador eleitor, o povo brasileiro, o processo enunciativo se dá por meio de uma alternância entre maior ou menor proximidade do co-enunciador: “Foi para isso que **o povo brasileiro me elegeu Presidente da República**” – aqui, o que se verifica é um maior distanciamento entre eles, pois o enunciador não parece ser parte integrante do “povo brasileiro”; - “Se **queremos** transformá-lo, a fim de **vivermos** em uma Nação em que **todos** possam andar de cabeça erguida, **teremos** de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a esperança” - agora, o que se verifica é que o enunciador parece desejar a presença pacenciosa e esperançosa do co-enunciador no seu governo, por isso mantém uma maior aproximação.

**E5** -Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E **eu estou aqui**, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, **para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais**, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos. **Vamos mudar, sim**. Mudar com **coragem** e cuidado, **humildade e ousadia**, mudar tendo **consciência** de que a mudança é **um processo gradativo e continuado**, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. **Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações**, para que o resultado seja consistente e duradouro. (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)

Observa-se, na seqüência do seu discurso, que as qualidades e grandezas do país, sejam no campo humano, ecológico e social, são ressaltadas e em seguida, nega-se o projeto que se tinha até o momento e propõe-se como efeito de sentido que se construa um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional, o que não se dá da noite para o dia.

**E6** O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; **teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores**. Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos. Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praielras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, **um povo que sabe o que é sofrer**, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças **Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança**

**é maior do que o nosso medo.** (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003).  
(Grifos nossos)

No fragmento acima, podemos observar que o enunciador faz uso de uma enunciação proverbial, fundamentalmente polifônica, retomando inúmeras enunciações anteriores, de todos os locutores que já proferiram aqueles provérbios (“ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores”; “uma longa caminhada começa pelos primeiros passos”). Ao proferir um provérbio, significa que o enunciador faz ouvir, através de sua própria voz, uma outra voz, a da sabedoria popular, à qual se atribui a responsabilidade pelo enunciado. O enunciador não deixa explícita a fonte desse enunciado: cabe ao co-enunciador identificar o provérbio pelas propriedades lingüísticas do enunciado e em sua própria memória.

No mesmo enunciado, ainda podemos perceber que o enunciador ora se inclui ora se exclui do coletivo do povo, provocando assim, como já se assinalou, maior cumplicidade ou afastamento do co-enunciador.

No discurso do presidente, outro elemento importante é o fato de ele discursivamente reforçar um distanciamento entre o que se tinha antes de seu governo e o que se pretende ou objetiva a partir do momento da sua posse como Presidente da República Federativa do Brasil. Ao que parece, é uma estratégia reiterada várias vezes, que qualifica determinadas atitudes no governo que se iniciará como “algo que se vê pela primeira vez na história do país”, enunciado este que virou uma marca, um bordão do governo Lula, pois sempre é repetido quando o presidente faz seus pronunciamentos e de que o programa humorístico Cassetta e Planeta<sup>12</sup> apropriou-se para fazer humor.

---

<sup>12</sup> Programa humorístico apresentado pela Rede Globo de Televisão.

E7 O Brasil **conheceu** a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas **não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro**, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim. **(DISCURSO DE POSSE 01/01/2003). (Grifos nossos)**

**Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.** (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)

No E7 está presente o uso de uma ladainha, que propaga o discurso da moral cristã, a caridade, através de uma série de invocações curtas e respostas repetidas, evocando assim, pela memória, todo um passado de luta, sofrimentos e conquistas, mas em que não se conseguiu acabar com a fome; o enunciador coloca-se agora como o presidente que se responsabilizará por isso, junto com todo povo, salvando assim seus irmãos da situação indigna em que se encontram. Relembra o passado para se colocar como o possível salvador e missionário para acabar com a fome do povo brasileiro. O que se percebe é que com a constante repetição do enunciado (“mas não acabou com a fome”) serve para conclamar todo cidadão brasileiro para acabar com esse problema nacional.

**E8 Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar<sup>13</sup>**, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. **(DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)**

---

<sup>13</sup> No E8, podemos verificar que o *ethos* que se projeta pelo discurso de posse é o daquele que ocupa um lugar de poder, que pode garantir ao co-enunciador acesso a a terra para quem quer trabalhar.

**E9 A reforma agrária será feita em terras ociosas**, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. **(DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)**

**E10 Da mesma forma, é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas.** É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção. **Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social** pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e **para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social.** **(DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)**

**E11 Estamos em um momento particularmente propício para isso.** Um momento raro da vida de um povo. **Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional.** O empresariado, **os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos.** **Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito** <sup>14</sup>de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça. **(DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)**

Conforme coloca Pêcheux (1969), o sujeito é o efeito da relação entre duas instâncias materiais, a língua e a história. Ele não é, portanto, totalmente livre, os indivíduos são interpelados pelas formações discursivas que representam na linguagem, as formações ideológicas.

Nesse sentido, no discurso de posse de Lula em 2003, o enunciador fala do passado, do que se tinha até então e do que pode vir a ter com o início do seu governo. A partir disso, podemos dizer que o sujeito e o sentido constituem-se ao mesmo tempo através da interpelação, de três formas: a identificação, a contra-identificação e a desidentificação, sendo a última a posição-sujeito produzida pela migração do sujeito do discurso para outra formação discursiva, na qual vai identificar-se com a forma-sujeito a ela correspondente.

---

<sup>14</sup> No E11, verificamos que o *ethos* que se projeta é o daquele que unifica, pacifica.

Assim percebermos que a partir da posse do presidente Lula, ou mesmo antes, quando se confirmou pelo resultado das eleições que Lula seria o novo presidente do Brasil, há um novo momento da atualização e (re) significação da memória, produzindo, através desse acontecimento histórico e enunciativo, uma turbulência de saberes no interior da formação discursiva dos trabalhadores, instaurando-se uma ruptura interna desse sujeito histórico. É, portanto, para essa posição-sujeito que migra o discurso de Lula, para um discurso de um sujeito investido de poder. Pêcheux (1969) coloca que a prática discursiva mostra que o sujeito, quando fala, adere à sua formação discursiva determinando o que pode e deve ser dito.

**E12 Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)**

**E13 Sob a minha liderança<sup>15</sup> o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)**

**E14 Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções.** O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longos prazos e de buscar realizá-los. **(DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)**

**E15 - Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu**

---

<sup>15</sup> Observamos neste enunciado que o enunciador projeta-se um *ethos* de líder que provocará as mudanças anunciadas.

**Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)**

Neste sentido, reconhecemos que a partir da eleição de Lula para Presidente da República, o discurso deste sujeito eleito passa a representar os saberes do grupo social que chega ao poder, nessa posição-sujeito o enunciador não enuncia mais como porta-voz dos trabalhadores, mas como o líder dos trabalhadores que chega ao poder.

Essa mudança marca assim, as transformações na constituição da subjetividade que se vêem determinadas historicamente, por forças de poder que o indivíduo estabelece consigo e com o meio.

Lula se identifica à forma-sujeito do discurso político, representando-se na posição de sujeito-presidente, conclamando o povo, a se juntar a ele para compor o seu mandato. O que se observa, portanto, é que Lula investe aqui não mais uma formação discursiva de sindicalista<sup>16</sup>, agora as suas características são outras, trabalha com a constituição de um *ethos* de presidente com um discurso mais “manso”, mais moderado, mais maduro e experiente, marca assim o saber vindo da experiência.

O enunciador faz um apelo muito forte para que o povo brasileiro participe e seja co-autor dessa mudança que propõe cada brasileiro que sempre sonhou e espera um Brasil mais decente, mais soberano, mais digno, consciente da própria importância no cenário mundial, deve juntar-se ao presidente, que começa

---

<sup>16</sup> Segundo Maingueneau e Charaudeau, 2004, p.221 dois *ethos* atuam na enunciação: “o *ethos* discursivo mantém relação estreita com a imagem prévia que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos, com a idéia que este faz do modo como seus co-enunciadores o percebem” Para o autor o *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar, entretanto, que o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale, o que denomina de *ethos* pré-discursivo.



seu mandato, porque os objetivos dele e de todos aqueles brasileiros são os mesmos.

**E16** Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, **teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.** (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)

**E17** O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, **tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.** Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)

**E18** Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, **deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.** (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003)(Grifos nossos)

**E19** Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, **contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social.** Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)

**E20** **Trabalharemos em equipe, sem personalismo,** pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular. (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)

**E21** O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. **Por isso devemos exigir muito de nós mesmos, devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera, porque o Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar sobretudo consigo mesmo, terá de**

**pensar com a sua cabeça, andar com as suas próprias pernas, ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo. (DISCURSO DE POSSE 01/01/2003) (Grifos nossos)**

**E22 Cada um de nós brasileiros sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais.** Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, **que nós podemos muito mais.**

**E23** Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir **e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos 4 anos.** Viva o povo brasileiro!

Nos enunciados E16, E17, E18, E19, E20, E21, E22, E23 é importante verificarmos a construção de um *ethos* de eleito para liderar a mudança necessária no país como podemos perceber pelo uso das expressões: “teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança”,” convocar o meu povo”, “um grande mutirão cívico; “somar forças”,” adesão entusiasmada”; “trabalharemos em equipe”.

O enunciador divide a responsabilidade de governar com todos os brasileiros, constrói assim uma empatia em que o papel de todos é o mesmo: unir forças e compartilhar uma identidade com o cidadão brasileiro, constrói-se uma comunhão entre o presidente e o povo brasileiro, constrói o *ethos* de um representante de um povo sofrido que se transformou “no supremo mandatário da Nação”, portanto investido de poder e que, com a ajuda do povo pode fazer as mudanças necessárias do seu ponto de vista acontecerem. É assim que, discursivamente, Lula procura aproximar-se do cidadão brasileiro, e obter sua

adesão para que, juntos, unindo forças, consigam resolver os problemas que o Brasil enfrenta.

Observamos, portanto, que se processa a construção discursiva de um presidente que trará a mudança esperada e que também é operada pela estratégia enunciativa de fazer falar “antes” um ethos pré-discursivo que o discurso coloca em cena através do ethos discursivo de presidente eleito que tem o poder de mudar e do ethos pré-discursivo de indivíduo pobre, torneiro mecânico, líder sindical que foi capaz de mudar a própria trajetória de vida. Com esta estratégia percebemos que o enunciador obtém o efeito de sentido de que se Lula foi capaz de mudar a própria vida, também será capaz de mudar o Brasil.

No discurso de posse, também podemos verificar que todos os problemas sociais que são vividos por milhões de brasileiros e citados pelo enunciador (fome, divisão de terras, falta de emprego, mercado interno, falta de capacitação tecnológica, a reforma da previdência, reforma tributária, reforma política e trabalhista, dentre outras) ativam saberes da memória discursiva e levam todos a uma mesma reação: a ânsia de mudança.

Em seu texto, o enunciador cita a grandeza do país contrastando com a visão severina de pobreza. Utiliza também argumentos históricos (a riqueza dos engenhos nos primeiros tempos coloniais, proclamação da independência, abolição do café, a industrialização), mostra que precisamos erguer tal nação a ponto de conseguirmos os ideais que nossa bandeira já anuncia, através do lema positivista, “Ordem e Progresso”. O que se vê, portanto é a produção de um discurso da esperança, que começa a partir da campanha do candidato a presidente da república.

A memória, nesse domínio de reflexão é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória do dizer, e sobre a qual não temos

controle. Trata-se do que foi dito a respeito de um assunto qualquer, mas que, ao longo do uso já esquecemos o que foi dito por quem e em que circunstâncias e que fica como um já-dito sobre o qual os sentidos se constroem.

O que podemos perceber, no discurso de Lula é que seus discursos falam através de suas lembranças, pelo viés de sua memória histórica. Prevalece assim, em seu discurso, um tom de súplica, um apelo que pede a transformação do país, uma mudança que se faça de forma cautelosa e que comece a partir do momento da posse.

Confirma-se assim, que a AD trabalha a linguagem afetada pelo inconsciente, porque aquilo que está guardado, armazenado (memória) vem à superfície no discurso. Se o inconsciente é o discurso do Outro, o sujeito pode ser aqui entendido como sujeito do inconsciente que se articula na palavra, que supõe duas vertentes na materialidade do discurso: a do sujeito da enunciação e a do sujeito do enunciado. O sujeito, portanto, nesse sentido, porta já em si uma alteridade, sendo que as determinações da cultura e do meio ambiente são efeitos de presença.

Não podemos nos esquecer também que para Foucault (2007, p. 15), é a história (memória que decifra os rastros deixados pelo homem) o correlato indispensável à formação do sujeito. Ela garante que tudo o que lhe escapou poderá ser devolvido, como a certeza de que o tempo nada dispensará sem restituí-lo em uma unidade recomposta.

O sujeito se constitui nas posições que assume, nas quais está envolvido o lugar de que fala, o lugar institucional e a situação em que se encontra e que lhe permite questionar, observar, informar, deslocar-se, assegurar o seu espaço, perceber, descrever. As posições que o sujeito assume é que lhe permitem desempenhar papéis sociais e institucionais e tornar-se responsável pelo que diz. É

o caso do sujeito Lula, que, ocupando o lugar institucional (o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil), assume posições (formações discursivas) na trama do seu texto de posse, enunciando num lugar de poder como presidente e no lugar do povo como povo.

O que se comprova então é que o sujeito não é uno e sua subjetividade se manifesta através da dispersão. É no discurso que o sujeito se constitui segundo as posições assumidas, reveladas e que dão sentido ao que foi dito. É por isso, que chegamos à conclusão de que um discurso só é discurso na medida em que pode ser assinalada a posição de sujeito, conforme Foucault (1969) assinalava: descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito.

Portanto, podemos perceber que o enunciado pode ser o mesmo, mas seu sentido não, tendo em vista que depende da posição ocupada pelo sujeito e do contexto (quem fala situação e lugar institucional). Essas posições de sujeito são reveladas na prática discursiva, onde os enunciados são objetos que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem, recompõem e eventualmente destroem.

Sendo assim, o sujeito em sua posição faz o enunciado servir a seu interesse, entrar em contradições e lutas, abrindo assim um conjunto de posições-sujeito possíveis.

No discurso de posse que analisamos, podemos perceber que o presidente Lula é um sujeito que dialoga com todos os brasileiros e brasileiras, companheiros e companheiras, irmãos e irmãs, buscando assim mostrar suas

aspirações como Presidente da República, com o fato de estar inserido em uma sociedade que está e estará em mudança.

Lula se constitui por já ter disputado várias eleições presidenciais (foram quatro campanhas para presidente) – em um sujeito marcado pela história como uma grande liderança popular e que, antes, marcava-se como líder sindical, líder de oposição, representante da esquerda, que possuía um discurso agressivo, ideológico, partidário e que, agora, nessa nova posição-sujeito, se transforma proferindo um discurso cauteloso, moderado, possuidor de um equilíbrio que mostra a todos estar preparado para exercer o cargo que lhe foi conferido pela maioria dos brasileiros. Essa mudança constitui-se em um deslocamento ideológico para um novo lugar, cuja linguagem revela os valores dessa nova posição-sujeito.

Após a análise dos recortes dos enunciados proferidos pelo presidente Lula em seu discurso de posse em 2003, observamos que, o discurso de mudança e inovação do sujeito enunciativo se configura por meio de estratégias enunciativas cujo efeito produzido é o de maior ou menor proximidade entre enunciativo e co-enunciativo, também pela presença de várias vozes: a voz do outro, a voz da sabedoria popular.

Ao usar de estratégias de desdobramento ou de apagamento ou de desreferencialização do sujeito, o enunciativo pretendeu obter a adesão dos co-enunciadores, enquanto sujeito inscrito numa formação discursiva determinada e atravessada por uma ideologia. Esse sujeito do discurso encontra-se bastante disperso, fragmentado: é o presidente da mudança, o representante do povo, o mandatário da Nação, o funcionário público número um do país, trazendo em sua voz um efeito de sentido de promessa, de igualdade, de esperança e terminando seu pronunciamento de forma apoteótica, como parte do próprio povo, que toma o poder, ou seja, o presidente é o povo no poder.

### 3. O PAPEL DA MEMÓRIA DISCURSIVA E A PRODUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDOS EM CHARGES: A DESCONSTRUÇÃO DO SUJEITO

“Por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz.”

Michel Foucault

Considerando a importância da exterioridade na AD e que o *corpus* do nosso trabalho é o discurso político não poderíamos deixar de analisar o papel das mídias, principalmente por trabalharmos com charge, gênero discursivo próprio dos meios de comunicação em que se percebe uma relação entre o discurso político e as mídias.

Para Charaudeau (2006, p.17):

Abordar as mídias para analisar o discurso de informação não é uma tarefa fácil. É mesmo mais difícil do que abordar o discurso político. Isso porque enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação.

Sabemos que as mídias têm a finalidade de relatar o que ocorre no espaço público, o acontecimento será selecionado e construído em função de seu potencial de atualidade. A partir disso, verificamos que o que acontece como fato, nunca é transmitido tal e qual à sua instância que o recebeu.

Charaudeau (2006, p, 95) sobre esta questão nos esclarece que:

O “mundo a comentar” passa pelo trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constitui em “ mundo comentado” , dirigido a um outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. O acontecimento se encontra nesse “mundo a comentar” como surgimento de

uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em seu estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa.

O autor explica ainda que o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação. Antes de chegar ao domínio público, ele é analisado por um sujeito que o significa, através da linguagem, e nessa relação percebemos o princípio de alteridade.<sup>17</sup>

Observamos assim, que tanto o sujeito languageiro, quanto o sujeito interpretante são duplos. Para o autor, o ato de linguagem que transforma o acontecimento bruto em acontecimento significativo passa pelo olhar do sujeito interpretante que reestrutura o acontecimento previamente significado.

Em nosso *corpus* é importante verificarmos esse processo de construção do acontecimento porque a charge além de pegar o fato já interpretado pelo sujeito jornalista que criou através da linguagem o acontecimento, ainda o recria com suas características próprias uma segunda significação, ou seja, resignifica aquilo que já é notícia no jornal, na edição do dia.

A esse respeito o chargista Aroeira afirma que<sup>18</sup>:

A nossa charge vem pronta: você abre a porta, pega os jornais e as charges estão lá: uma no JB, outra no O Globo, outra no O Dia, na capa ou no texto escrito, basta a gente cavar um pouquinho, soprar a poeira, dar uma lapidada, pois a charge já estala, no bruto, mas está – é dessa maneira que começa. A parte do desenho tanto faz, você pode ter várias maneiras diferentes de desenhar. Apesar dessas diferenças [...] nosso objetivo é comentar o assunto, portanto nós sempre estamos dizendo algo, escrevendo sobre isso, mesmo que não seja com palavras.

---

<sup>17</sup> O sujeito languageiro, segundo Charaudeau (2006, p.96) se desdobra num eu e num tu que se definem numa relação de intersubjetividade.

<sup>18</sup> Esta afirmação encontra-se no livro *Letras e Comunicação: uma parceria no ensino de Língua portuguesa* organizado por José Carlos de Azeredo, Petrópolis, RJ: Editora Vozes e faz parte de uma mesa redonda entre os Cartunistas Aroeira e Ique.



O que confirmamos então é que o acontecimento midiático é objeto de uma dupla construção: a de uma encenação levada a efeito pela transmissão, a qual revela o olhar e a leitura feita pela instância midiática e a do leitor que a recebe e a interpreta.

### **3.1 Análise do discurso: texto escrito, imagem e memória**

A charge é um texto sincrético possuindo, portanto, a mistura da linguagem verbal e da não-verbal nos trazendo assim a informação e a produção de sentidos também pela imagem. Como se sabe na sua gênese, a AD estava centrada na prática de análise de textos verbais, no entanto, Pêcheux, fundador da AD, já se preocupava com a imagem, pois em *Papel da Memória* (1999, p.55) diz:

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições).

O que podemos perceber, portanto, é que a charge “desrealiza o real para dar conta de suas possíveis e múltiplas significações” (TEIXEIRA, 2005). Assim, na análise da charge, objeto de nosso estudo, podemos verificar que a memória das práticas sociais está sujeita às ordens do icônico, do simbólico e da simbolização (GREGOLIN, 2000. p.21), a imagem funciona como um operador da memória social, conforme afirma Pêcheux (1999, p.51):

(...) a imagem é um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito.

Sobre a relação imagem e memória social Gregolin (2000, p.22) defende que:

O poder da imagem é o de possibilitar o retorno de temas e figuras do passado, colocá-los insistentemente na atualidade, provocar sua emergência na memória do presente. A imagem traz discursos que estão em outros lugares e que voltam sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrases. Por estarem sujeitas aos diálogos interdiscursivos, elas não são transparentes, legíveis, são atravessadas por falas que vêm do seu exterior – a sua colocação em discurso vem clivada de pegadas de outros discursos.

Percebemos, então, que o interdiscurso compõe-se tanto do texto verbal como da imagem. O passado “memorizado” vai apresentar-se no discurso chágico a partir de reformulações que vão readaptá-lo ao novo acontecimento, produzindo novos efeitos de sentido. A imagem é antes de tudo um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação e um operador de significação (DAVALLON, 1999). Dessa forma, para a interpretação da imagem, como do verbal, não podemos deixar de pressupor a relação com a cultura, o social, o histórico e com a formação social dos sujeitos.

Podemos afirmar, assim, que na charge o discurso verbal e o não-verbal integram-se de tal modo que fica difícil ler uma charge e compreendê-la sem considerar que esses dois modos de representação são complementares, associando-os à consideração do interdiscurso que se faz presente como memória dando uma orientação aos efeitos de sentido produzidos.

A fim de esclarecer ainda mais o modo como a AD vê a imagem nas suas análises, Orlandi (2001, p.64) nos mostra grande contribuição quando define texto para os estudos da AD:

O texto como já dissemos, é a unidade de análise. Para o leitor, é a unidade empírica, que ele tem diante de si, feita de som, letra, imagem, seqüências com uma extensão, (imaginariamente) como começo, meio e fim e que tem um autor que se representa em sua unidade, na origem do texto, “dando-lhe” coerências, progressão e finalidade.

Verificamos, portanto, que a autora define texto não apenas como som e letra, mas também como imagem. O que percebemos, então, é que uma imagem não produz o visível, há a possibilidade de tornar-se visível a partir da interpretação e da busca do efeito de sentido presente nela. Enquanto a linguagem verbal pede uma direção para sua leitura (da direita para a esquerda), a da imagem é multidirecionada, dependendo da interação com o co-enunciador. Souza (1998, p.1) afirma que:

O texto de imagens também tem na sua constituição marcas de heterogeneidade, como o implícito, o silêncio, a ironia. Marcas, porém, que não podem ser pensadas como vozes, porque analisar o não-verbal pelas categorias de análise do verbal implicaria na redução de um ao outro. Nesse caso, por associação ao conceito de polifonia, formulamos o conceito de policromia buscando analisar a imagem com mais pertinência.

Ainda nas palavras da autora, no artigo *Discurso e imagem: perspectivas de análise do não-verbal* (1998), o que se define por policromia recobre o jogo de imagens e de cores, elementos que são constituídos da linguagem não-verbal, permitindo assim, caminhar na análise do discurso da imagem do não-verbal.

Conforme assinala Courtine (2006, p.57):

A transmissão da informação política, atualmente dominada pelas mídias, se apresenta como um fenômeno total de comunicação, representação extremamente complexa na qual os discursos estão imbricados em práticas não-verbais, em que o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, em que a expressão pela linguagem se conjuga com a expressão do

rosto, em que o texto torna-se indecifrável fora do seu contexto, em que não se pode mais separar linguagem e imagem.

Não temos assim a pretensão de esgotar essa discussão, mas consideramos importante discuti-la neste trabalho de pesquisa que toma a charge como *corpus*.

### **3.2. A charge: uma manifestação derrisória do sujeito político**

Jubran (2000) ao apresentar o livro *Charge Jornalística: intertextualidade e polifonia*, de Edson Carlos Romualdo, define a charge como uma modalidade de manifestação comunicativa condensadora de múltiplas informações. A autora explica ainda que a interpretação aciona necessariamente o conhecimento de um conjunto de dados e fatos contemporâneos ao momento específico em que se instaura a relação discursiva entre o produtor e o receptor da charge.

Romualdo (2000, p.5) nos coloca que:

A charge é um tipo de texto que atrai o leitor, pois, enquanto imagem, é de rápida leitura, transmitindo múltiplas informações de forma condensada. Além da facilidade de leitura, o texto chágico diferencia-se dos demais gêneros opinativos por fazer sua crítica usando constantemente o humor. O que verificamos, portanto é que através do humor a charge faz uma reflexão, que reproduz sujeitos reais e resume conflitos que envolvem a política.

Para Teixeira (2005) o humor é o principal fundamento de sua narrativa, o instrumento singular de sua linguagem, uma vez que é através dele que a charge transmite a notícia e traz a consciência sobre ela.

É importante observarmos que a charge condensa situações políticas problemáticas e atuais vivenciadas pela sociedade e as recria com os recursos que lhe são próprios: a linguagem verbal e os recursos gráficos.

Faz-se necessário diferenciarmos a charge, o Cartum e a caricatura. O Cartum é uma crítica de costumes, genérico, atemporal. Já a caricatura é um exagero proposital nas características marcantes de um indivíduo e a charge é uma crítica a um personagem, fato ou acontecimento específico, com limitação temporal.

Sabemos então que vivemos numa época em que a mídia é suprema, cuja imagem visual ocupa grandes espaços inclusive com uma grande aproximação entre a mídia e a política fenômeno este que foi chamado por Courtine (2003) de “espetacularização da política e politização da mídia”.

Nesse contexto, os chargistas têm um acesso facilitado para produzirem as suas charges porque para Flores (2002, p.11):

[...] o conteúdo da charge desnuda a reação ao *status quo*: a aquiescência, a convivência, o conflito, o choque, a rejeição, a oposição, o contraditório. Tipo de texto *sui generis* mostra e conta, ao mesmo tempo, os conflitos sociais; Contém grande potencial de questionamento crítico e de confronto de opiniões a respeito da organização social, dos arranjos políticos e da disputa pelo poder.

Nas charges que fazem parte do nosso *corpus*, notamos o emprego de um recurso usual na política veiculada pela mídia: a derrisão que é definida por Bonnafous (2003, p.35) como a “associação do humor e da agressividade verbal que a caracteriza e a distingue da pura injúria”. Seu efeito de sentido é criticar, ofender,

denunciar e ao mesmo tempo levar ao riso. A esse respeito Magalhães (2006, p.49) afirma que por meio da derrisão:

O chargista instaura um procedimento discursivo que se certa forma, serve como cartase para o grande público. Isto é, ocorre uma transferência, para o personagem da charge, que, ao ser ridicularizado, agredido pelo humor, acaba suprindo o desejo da população em manifestar o seu desapontamento com relação ao político que está sendo alvo da mesma. Ao mesmo tempo, o procedimento derrisório acaba por eximir o chargista das implicações jurídicas relativas aos crimes de calúnia e difamação.

O autor explica ainda que nesse processo ocorre uma relação de identidade entre o chargista (enunciador) e o leitor/espectador (co-enunciador), pois, colocando-se o produtor da charge no mesmo lugar de um indivíduo comum, semelhante ao seu interlocutor, é como se a “vingança” da população se desse de forma mais plena. Para ele, entendida como estratégia enunciativa, jogo ou gênero do discurso, o que não se pode negar é que a derrisão desestabiliza as posições cristalizadas do poder em nossa sociedade, principalmente no campo da política.

Também enfatiza que:

[...]a primeira marca da derrisão em uma charge é a própria caricatura que se faz da personalidade chargeada. Isto porque a caricatura “carrega” o tom exatamente naqueles pontos que, em tese, seriam menos agradáveis para a personalidade retratada, principalmente com relação a detalhes indiscretos de sua estrutura física ou aparência. (MAGALHÃES, 2006, p.50)

Dessa forma, a charge tem a função de ser a porta-voz das insatisfações da sociedade, incorporando o exterior no interior do discurso. Caso o co-enunciador não consiga recriar o contexto de produção da charge, os efeitos de sentido ficarão comprometidos e até inviabilizados.

Na continuidade de nossa pesquisa e verificando que na constituição do sujeito Lula no seu Discurso de Posse em janeiro de 2003 observamos, conforme capítulo anterior, que o presidente Lula constituiu-se pela interação com o Outro em um sujeito com credibilidade, que ansiava junto com o povo brasileiro por mudanças e que a partir de agora com Lula no poder, representaria o povo também no poder em virtude de sua vida e trajetória política.

Porém, a partir de dois mil e cinco, no dia seis de junho, o Deputado Roberto Jefferson (PTB – Rio de Janeiro), o homem-bomba, segundo a edição 1907, da revista *Veja*, de primeiro de junho de 2005, deu uma entrevista que abalou os alicerces da República quando afirmou que os parlamentares do Partido Popular (PP) e do Partido Liberal (PL), que representavam a base aliada do governo, recebiam o “mensalão”. Termo que ficou assim conhecido porque representava uma mesada oferecida a deputados para votarem a favor de projetos de Lei, encaminhados pelo poder Executivo em tramitação na Câmara dos Deputados.

A partir desse novo acontecimento configura-se o surgimento de novos discursos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro.

Em relação ao acontecimento discursivo esclarece Maingueneau e Charaudeau (2004, p.30):

O acontecimento discursivo não é mais redutível a uma situação de conjunto do que a um contexto particular. A abordagem da situação “social” dá apenas uma vaga idéia do contexto de um *corpus* definido em uma ordem prévia. Ela escamoteia a heterogeneidade dos enunciados constitutivos do acontecimento discursivo, torna supérflua a leitura de arquivos, limitando-se a leitura de arquivos, limitando-se efetivamente aos elementos histórico-textuais julgados adequados a validação da constituição de *corpus*. Em outros termos, o acontecimento discursivo não provém de um encadeamento casual, na medida em que nem toda situação histórica engendra obrigatoriamente um evento discursivo. O lugar discursivo do acontecimento decorre mais de uma apresentação subjetiva do que de uma representação *a priori*: sua maneira de ser lida é imanente, irreduzível, portanto a toda situação histórica.

O sujeito que agora se manifesta nesse novo acontecimento discursivo não é um sujeito falante já constituído, mas um sujeito que será constituído pelo novo acontecimento que se inicia. Sabemos que a AD não considerando a linguagem como transparente, a AD procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado como afirma Orlandi (2000, p. 17). O que importa para a AD é considerar o modo de funcionamento lingüístico-textual dos discursos, as diferentes modalidades do exercício da língua num determinado contexto histórico-social de produção. (BRANDÃO, 1998, p. 19)

Sendo assim, propomos, neste capítulo, investigar as relações discurso, sentido e mídia por meio da análise de charges veiculadas na imprensa periódica que trazem como personagem o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Para compor o *corpus* foram selecionadas charges em que o presidente Lula está, pela sua enunciação, se comparando a outros presidentes brasileiros e, assim, construindo o seu *ethos*, agora, afetado por vários problemas de corrupção que aconteceram e foram investigados em seu governo no ano de 2005.

Ao considerarmos a charge como gênero discursivo, buscamos relacionar enunciados e recursos imagéticos. A charge se encontra inserido nas esferas públicas de interação social. Etimologicamente, o significado da palavra charge vem do verbo *charger*, que, em francês, significa carregar, sendo um interessante objeto de estudo porque mostra e diz de nós mesmos e do mundo em que vivemos moldando o imaginário coletivo do qual fazemos parte. No dicionário Aurélio (2000): “charge é a representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural, em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político e que é do conhecimento



público”. A palavra charge significa carga de cavalaria, ataque, e cumpre a este gênero a função de fazer uma crítica humorística de um fato do cotidiano.

Oliveira (2001, pág.265) nos coloca que “os textos de charge ganham mais quando a sociedade enfrenta momentos de crise, pois é a partir de fatos e acontecimentos reais que o artista tece sua crítica num texto aparentemente desrespeitoso”.

Teixeira (2005, p.73-74) destaca que:

A charge resume situações políticas que a sociedade vive como problemas, e os recria com recursos gráficos que lhes são próprios. Essa economia de recursos que a caracteriza, isto é, o modo como sua linguagem se articula produtivamente, aponta para a negação da razão como doadora exclusiva de significado à realidade, e para a crítica da linguagem textual como instrumento privilegiado de seu sentido. A charge, de fato, propõe uma crítica da razão como produtora única de “realidade”, da verdade como seu atributo exclusivo e da linguagem como verbal como única instância capaz de expressá-la.

Observamos, portanto, que nesse gênero específico podemos analisar o processo discursivo como conjunto de práticas que estão armazenadas numa memória institucionalizada, o saber discursivo que requer o domínio do interdiscurso, da ideologia e das formações discursivas. Para compreender a língua enquanto produção de sentido faz-se necessário trabalhar os recursos simbólicos para que possamos resgatar o social que constitui o homem e a sua história.

A AD entende o discurso como a materialização, no texto, das articulações dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos. Dessa forma a língua e a ideologia afetam o sujeito e o sentido que são construídos simultaneamente no processo discursivo. O sujeito é marcado pela sua incompletude, pois o sentido emerge da interação entre os interlocutores. (ORLANDI, 1996)

Assim, identificamos nas quatro charges selecionadas, o sujeito sendo construído pelo viés do Outro, no mesmo momento em que utiliza o discurso para

expor o seu ponto de vista, deixa fluir o discurso do Outro, um discurso que emana de um já-dito e que juntos compõem a forma de um novo dizer, resultado de um sujeito multifacetado, heterogêneo, marcado pelo discurso do Outro e pela história.

Segundo Gregolin (2000, p. 17), “a construção de sentidos nos textos da mídia deve ser analisada por meio das relações entre um trajeto temático, sua materialidade textual e os movimentos de interpretação contemporânea do histórico”. Tal análise pode estabelecer vínculos entre a memória discursiva e a atualização de temas que estão constantemente sendo recolocados nos textos que circulam em um dado momento histórico.

É o que acontece em todo o *corpus* em análise, cujo conteúdo temático é a defesa que o sujeito enunciativo faz de si mesmo, retomando pela memória discursiva, outros presidentes do Brasil e construindo sua defesa diante da crise política que se instaurou devido aos problemas de corrupção em seu governo. Alguns dos recursos utilizados pelos chargistas evidenciam a existência do interdiscurso, para o qual é indispensável o conhecimento armazenado na memória discursiva do interpretante, a fim de que se possa reconhecer no dizer do Outro a alteridade que constitui um novo discurso, marcado pela heterogeneidade. Com base nesses pressupostos, mostraremos como esses processos se materializam no texto para fazer emergir os efeitos de sentido. Chamamos a atenção para o fato de procedermos à análise separando esses processos, não pelo fato de tais processos não serem identificados em todo o *corpus*, mas para que as análises não se tornem cansativas e repetitivas.

De posse dessas informações, passemos para a análise das charges.



**CHARGE 1: Sinfrônio<sup>19</sup> Diário do Nordeste –CE- 26/08/2005<sup>20</sup>**

A charge 1 apresenta uma caricatura do presidente Lula em dois planos. No primeiro, o personagem, ao proferir sua enunciação, aponta para si, olhando para baixo, com os olhos fechados e através de enunciados de negação diz que não fará como Getúlio, nem como Jânio, nem com Jango; no segundo plano, aparece um interlocutor, representado pela caricatura do Ex- Presidente Collor que enuncia que Lula faça como ele: “Isso, faça como eu!!”

<sup>19</sup> “Sinfrônio de Sousa Lima Neto, ou simplesmente Sinfrônio, cearense, canceriano, leva a vida com humor por considerar o humor um negócio muito sério. Nasceu à meia-noite de um sábado, 27 de junho em Fortaleza, Ceará e o primeiro ato em vida foi tomar uma xícara de café preto. Seu nome foi fruto da coragem de seu pai que destemidamente pôs o nome de Sinfrônio, nome do avô paterno, no filho recém nascido. Cartunista consagrado com diversos trabalhos publicados no âmbito do humor, é chargista do jornal "Diário do Nordeste" onde atua desde 1991, depois de 16 anos colaborando com o jornal "O Povo", também do Ceará.” <http://www.sinfronio.com.br/index.htm> -página acessada em 20/04/2006

<sup>20</sup> Charge publicada inicialmente no jornal Diário do Nordeste no dia 26/08/2005 e resgatada através do site <http://www.chargeonline.com.br/doano.htm> - página acessada em 20/04/2006.

No discurso da imagem, o uso das cores verde e amarela legitima o Presidente Lula como representante do Brasil, que, além disso, profere seu discurso de um púlpito que tem o brasão nacional.

O uso das palavras Getúlio, Jânio, Jango, marcas da heterogeneidade, em negrito marcam que esses nomes próprios devem ser retomados pelo co-enunciador da charge para que haja produção de sentidos e essa retomada se faz necessária, pois o co-enunciador percebe que os nomes próprios designam diretamente seus referentes que são recuperados pela memória como Ex-presidentes do Brasil.

Esses nomes remetem ao já-dito, ao interdiscurso; o presidente Lula não renunciará e nem se suicidará como fez Getúlio Vargas; não renunciará como fez Jânio Quadros, após sete meses de governo; nem permitirá um golpe militar que o tire do governo como aconteceu com Jango.

No enunciado do segundo plano, aparece o Ex-presidente Fernando Collor de Mello, que através do pronome “isso”, confirma a posição do presidente Lula, que fora interrompido do seu pronunciamento e, enuncia que Lula “faça como eu”, ou seja, aguarde as investigações dos casos de corrupção e, se estiver nelas envolvido, que também perca o cargo como aconteceu com Collor que acreditava no apoio popular que recebera nas eleições.

Ao ouvir esse enunciado de Collor, Lula se espanta, arregala os olhos como se vê pela caricatura e inclina o corpo, como se estivesse se afastando do “azarão” Collor. Esta imagem anuncia que o governo Lula sofre dos mesmos males do governo Collor, ou seja, a corrupção.

Com o uso da imagem e dos enunciados percebe-se que o enunciador da charge através das negações relativas aos Ex-presidentes Getúlio, Jânio e Jango, e do afastamento do Ex-presidente Collor, constrói-se o novo *ethos* do presidente Lula, que se assemelha ao de Fernando Collor de Melo, ou seja, de corrupto.

Para Gregolin (2000, p.19-20):

A Análise do Discurso de linha francesa entende o discurso como a materialização do processo enunciativo, cuja materialidade exhibe a articulação da língua com a História. Como consequência, ela propõe uma teoria não-subjetiva, em que o sujeito não é tido como responsável pelo engendramento dos fenômenos discursivos e o sentido é construído pela interação entre os interlocutores. Assinala-se assim, a incompletude do sujeito, que adquire completude em sua relação com o outro. Cada interlocutor é parcial em si mesmo e só tem unidade no texto, buscando sentido na interpretação, no espaço discursivo, na interação social. Servindo como ponte de ligação entre a língua e a sua exterioridade constitutiva, a Análise do Discurso afirma a associação da linguagem à sociedade ao contexto histórico no qual o sujeito está submetido. O discurso-língua colocada em prática no trabalho simbólico – é determinado pela História, por isso o sentido não está fixado como essência nas palavras.

Sendo assim, percebemos que o discurso não é homogêneo. Para a autora, ele não se constitui de maneira independente, mas se forma na relação, no interior do interdiscurso e para que haja interpretação do sentido tem que existir um trajeto de leitura que é determinado pela articulação de discursos dentro de um mesmo campo discursivo: diálogos, polêmicas, deslocamentos – sendo estes relacionamentos fundamentais para que se produza uma direção de leitura que será atravessada pela instituição sócio-histórica que governa a atitude e tomada de consciência concreta dos homens em face de objetos reais de sua existência social e individual e de sua História.

Isso equivale a afirmar que para que o co-enunciador da charge em análise possa atribuir sentido ao que lê e vê, ele precisará recorrer aos fatos históricos dos ex-governantes brasileiros e à História do Brasil, a fim de que possa chegar ao efeito de sentido de proximidade do governo Lula com a corrupção.

O que tudo isso nos mostra é que nos textos da mídia, ou na charge em questão, os sentidos só podem ser apreendidos na heterogeneidade, compondo a história e resignificando na contemporaneidade, raízes do passado.



**CHARGE 2<sup>21</sup>- Jota A<sup>22</sup> /Jornal O Dia (PI) (28/08/2005).**

A charge 2 nos mostra o personagem Lula caricaturado em primeiro plano, falando de um púlpito, que agora não mais possui o brasão do Brasil, com a faixa presidencial colocada ao peito também sem a presença das cores verde e amarela que representam o Brasil, e enunciando “Eu não sou o Getulio Vargas, nem o Jânio, nem o Jango, e muito menos aquele Lula em quem vocês votaram!”

Ao se deparar com esta charge, constrói-se um *ethos* que reforça o que foi apresentado na charge1.

---

<sup>21</sup> Charge publicada inicialmente no jornal O Dia no Piauí, no dia 28/08/2005 e resgatada através do site <http://www.chargeonline.com.br/doano.htm> - página acessada em 20/04/2006.

<sup>22</sup> Iniciou nas artes gráficas publicando desenhos em fanzines de Belo Horizonte, São Luiz e São Paulo em 1987. Desde 1988 é cartunista do Jornal O Dia, no qual também foi editor de arte. Colaborou semanalmente com o jornal carioca O Pasquim21 e mensalmente com o jornal “Correio Corisco” do professor Cineas Santos. Mantém desde 1990 uma tirinha chamada JOMIC no O Dia. Criou, juntamente com outros cartunistas do Piauí, uma página dominical de humor chamada FOLHA DA MÃEJOANA, inspirada na Folha da Mãe Ana, que era feita pelo jornalista Garrincha nas décadas de 70 e 80. Mãejoana circulou no O Dia durante quase 3 anos com cartuns, charges e textos humorísticos. Atualmente é editor da página infantil de O Dia e publica meia página de humor dominical no mesmo jornal chamada GARATUJAS DO JOTA A.

Na charge 2, o co-enunciador também tem que recorrer à História do Brasil e à memória para compreendê-la, vemos que o efeito de sentido é produzido pelo entrecruzamento de discursos, na forma dos já-ditos, que contribuem para engendrar no discurso uma crítica ao *ethos* anterior do Lula. Desde seu discurso de posse, o *ethos* do Presidente Lula era construído como o de homem humilde, digno, decidido, corajoso e esperançoso, perseverante, mas que agora é destruído, deslocado, pelo uso da oração aditiva e do pronome “aquele”, marcas da derrisão, que remete ao *ethos* anterior e constrói uma nova imagem com o sarcasmo mostrado pelo riso na caricatura.

Através do uso do pronome aquele na charge, podemos perceber também a auto-desconstrução do sujeito Lula do discurso de posse de primeiro de janeiro de 2003. O Lula de agora, distanciado pelo tempo e pela história, não possui mais a credibilidade que o povo dispensava a ele por ter um passado de luta em favor do povo brasileiro.

O uso da hipérbole nesta charge também vem carregado de sentidos, pois o nariz grande é lembrado pelo interdiscurso pelo retorno da História infantil Pinóquio como um nariz de mentiroso, de pessoa que não merece mais credibilidade, além disso, o olho aparece fechado indicando que o sujeito não quer mais encarar o povo de olho aberto, com transparência.



**CHARGE 3 - Jean<sup>23</sup> Folha de São Paulo<sup>24</sup> (27/05/2005)**

A terceira charge requer, da mesma forma, o recurso à memória discursiva para ativar os discursos que a atravessam, produzindo efeitos de sentido.

Apresenta a figura de Lula em dois planos. No primeiro, podemos perceber que o Presidente Lula está desorientado, olhando para todos os lados, sem saber o que fazer, mas cujo enunciado - “Diante da atual crise política, prefiro fazer com o JK... Ficar imóvel!!!”- leva o co-enunciador a situar pela memória, o Memorial JK, em segundo plano, que traz ao longe a figura de JK, ex-presidente brasileiro, num

---

<sup>23</sup> Jean Carlos Galvão começou fazendo cartuns para sindicatos de trabalhadores (químicos, metalúrgicos), depois publicou por seis anos charges diárias para o jornal Vale Paraibano, de São José dos Campos. Conquistou alguns prêmios, dentre eles, três Vladimir Herzog de Direitos Humanos. Colaborou com a revista Veja, Jornal do Brasil, BUNDAS e O Pasquim21. Criou vinhetas animadas (Plim-Plins) da TV Globo. Publica charges no jornal Folha de São Paulo e ilustrações e tiras semanais na revista Recreio, da Editora Abril.

<sup>24</sup> Charge publicada inicialmente no jornal Folha de São Paulo, no dia 27/05/2005 e resgatada através do site <http://www.chargeonline.com.br/doano.htm> - página acessada em 20/04/2006.



pedestal de concreto armado. Tal pedestal possui em cima uma outra estrutura em forma de concha que sustenta e protege a figura do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira acenando para a cidade que construiu.

Percebemos então que o objetivo do enunciador da charge é intensificar a crítica ao Presidente Lula que prefere ficar inerte, parado, diante dos graves fatos que envolviam seus colaboradores e a direção do seu partido, mostrando certa distância, produzindo efeito de sentido de distanciamento e omissão em relação aos fatos. Observando a charge e a caricatura do presidente Lula, percebemos que através da derrisão o personagem aparece desfigurado, perdido no espaço sem saber o que fazer diante de tamanha crise. Ao ser colocado ao lado da estátua de Jk, seu tamanho fica insignificante perto da estátua, mostrando a pequenez do Presidente Lula diante dos fatos de corrupção.



**CHARGE 4-Clayton<sup>25</sup> O Povo (CE) (07/09/2005)**

---

<sup>25</sup> Atualmente é chargista do jornal O povo do Estado do Ceará.

A charge 4 foi publicada originalmente no Jornal cearense O povo e posteriormente republicada no site [www.chargeonline.com.br](http://www.chargeonline.com.br) em 07/09/2005. Como todas as charges do *corpus*, em análise, esta requer do co-enunciador que recupere através da memória discursiva fatos da História do Brasil, nesta, o episódio da Independência do Brasil.

No texto imagético ou pictórico, como diz Maingueneau (2005), temos a caricatura do presidente Lula montado em um cavalo, vestido com roupas militares, levantando uma espada que tem na ponta uma cueca estampada na parte da frente com uma estrela, marca de heterogeneidade mostrada, símbolo característico do Partido dos Trabalhadores.

Sabemos que na AD, os sentidos inserem-se no processo sócio-histórico, concebendo o discurso como um objeto inscrito na relação da língua com a História.

Para a análise desta charge precisamos retomar dois fatos historicamente situados antes da sua publicação: o primeiro, em que a cueca é uma representação que retoma o petista José Adalberto Vieira da Silva<sup>26</sup> que fora preso pela Polícia Federal, no dia 08/07/2007, com cem mil dólares na cueca tentando embarcar no

---

<sup>26</sup> Foi preso no final da manhã desta sexta-feira (08/07/2005), no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, José Adalberto Vieira da Silva com uma mala de dinheiro contendo 200.000 reais e mais 100.000 dólares escondidos na roupa íntima. Silva é assessor do líder do PT na Assembléia Legislativa do Ceará, José Nobre Guimarães, que é irmão do presidente nacional do PT José Genuíno. Além disso, Silva também é secretário de organização do Diretório Estadual do PT no Ceará.

Silva carregava uma agenda do PT onde constam dados sobre reuniões e atas. Ele também estava com uma pasta de nylon, do tipo utilizada em congressos, de cor azul marinho.

O homem está sendo indiciado em flagrante por crimes contra o sistema financeiro e ordem tributária. Ele tentava embarcar para Fortaleza em um voo que faria escala em Brasília. A Assessoria de Imprensa do PT nacional afirmou desconhecer a prisão. Silva já foi candidato a vereador pelo PT no município de Aracati, no Ceará.

A Polícia Federal divulgou a seguinte nota sobre o caso:

"A Polícia Federal prendeu, em flagrante hoje, por volta das 11 horas da manhã, no Aeroporto de Congonhas, São Paulo, José Adalberto Vieira da Silva, que embarcava para Fortaleza (CE) com 200.000 reais em uma mala de mão e 100.000 dólares presos ao corpo, sob suas calças."

08 de Julho de 2005 <http://vejaonline.abril.com.br/noticia/> página acessa em 20/04/2006

aeroporto de Congonhas em São Paulo. O segundo, a figura de Lula travestido de Dom Pedro I numa referência à proclamação da Independência do Brasil, em 1822, episódio que inicia uma nova fase na vida nacional, em que o Brasil formalizou sua separação política de Portugal quando as tropas portuguesas sediadas no Brasil e contrárias à independência foram derrotadas e Dom Pedro I foi coroado Imperador do Brasil.

Por isso, podemos perceber que o discurso constituído através da heterogeneidade, como dialógico e polifônico, traz à cena Lula representado como Dom Pedro I, que nos remete pela memória discursiva à produção de um efeito de sentido: a similaridade da novidade que significou o acontecimento anterior - o fim do período colonial – e um acontecimento presente – o recomeço de um sistema republicano com o advento do governo Lula - que tem como marca a corrupção.

Como se pode perceber através de nossa análise das charges selecionadas como parte de nosso *corpus*, em todas elas, o presidente Lula foi comparado a ex-presidentes, as charges recorrem a estes outros personagens da história brasileira para criar o “novo” ethos de Lula como corrupto que é endossado pelos fatos e personagens históricos envolvidos na criação das charges.

Nessa análise também é importante percebermos a importância do papel da imagem que tem a função de ser um operador de memória social, responsável pela recuperação de discursos que embora não formulados, determinam os efeitos de sentido do objeto discursivo. O que se verifica, portanto, é que os efeitos de sentido de uma charge se dão em função da história e da memória que se constituem. (MAGALHÃES, 2006, p.229).

É, portanto, através da História e da memória discursiva que se criam no fio do discurso efeitos de sentido que remetem a outros discursos e que constituem, assim, a memória de uma sociedade.

Observamos, assim, que o interdiscurso é indispensável à constituição dos discursos, pois a memória discursiva evoca elementos pré-construídos que funcionam primeiro, recuperando o discurso fundador e em seguida, provocando o seu apagamento para definir um novo discurso e, conseqüentemente, um novo sentido.

É necessário estabelecer quais as condições de produção dos discursos. São elementos primordiais constitutivos das charges os sujeitos e a situação. Os sujeitos não são compreendidos como produtores ou receptores do texto, mas como interlocutores de cuja relação emergem os efeitos de sentido. Já a situação é concebida como a enunciação (o aqui e o agora do dizer) e como o contexto sócio-histórico-ideológico, o saber é distribuído por uma rede institucional, hierarquizada em que o saber relaciona-se com o poder. (ORLANDI, 2005)

Para Orlandi (1983), a AD reconhece no sujeito um caráter contraditório que, marcado pela incompletude, anseia pela completude, pela vontade de “querer ser inteiro”. Assim, numa relação dinâmica entre identidade e alteridade, o sujeito é ele mais a complementação do Outro. O centro da relação não está, nem no *eu* nem no *tu*, mas no espaço discursivo criado entre ambos. O sujeito só se completa na interação com o outro.

Essa interação é também reconhecida como heterogeneidade discursiva, cuja origem é marcada pelas idéias defendidas pelo círculo de Bakthin, mas que tomou forma com as pesquisas de Authier Revuz (1982) que afirma que o Outro é o lugar estranho de onde emana todo discurso: lugar da família, da lei, do pai, na teoria freudiana, liame da história e das posições sociais, lugar onde é remediada toda subjetividade.

Reconhecer todos esses processos que se emaranham na superfície discursiva, requer dos sujeitos envolvidos certas competências: ao enunciador cabe

a tarefa de um saber associado a um poder discursivo para que dentro de uma formação discursiva ele possa dizer o que diz; ao co-enunciador que seja detentor do mesmo saber, ou então, o sentido ficará comprometido. Assim como postula Foucault (1986) que toda produção de sentidos deve dar-se no interior de campos institucionalmente construídos como “lugares de onde se fala”. Falar do interior desses campos significa inserir-se em uma *formação discursiva* que determina os *modos de dizer* e aquilo que *se pode dizer* em certa época.

Assim, só é possível analisar os efeitos de sentido que emergem nesse tipo de gênero midiático, levando-se em conta o funcionamento desse tipo discursivo dentro de um contexto histórico-social de produção.

As relações de sentido nos discursos midiáticos, em especial nas charges políticas, se movimentam entre o dito e o não-dito, recuperando o pré-construído, através de interdiscursos que permitem o jogo polêmico das posições discursivas antagônicas ancoradas na memória discursiva coletiva.

O dizer humorístico constitui o efeito de sentido, provocado pela derrisão, que está por trás do texto e que já foi dito em outros discursos produzidos em outros lugares e por outros sujeitos que respondem por uma ideologia institucionalizada e que serve com catarse para o público. Quando o personagem da charge é ridicularizado, sofre agressão por parte do humor, o povo se sente vingado pelo erro que ele havia cometido e paga agora com a zombaria feita pela charge.

Ao invocar para o interior do texto relações exteriores, a situação sócio-histórico-ideológica é instaurada, permitindo ao sujeito da enunciação marcar o seu posicionamento em relação ao Outro.

Nessa relação entre identidade/alteridade, a alteridade se constitui a partir de um “eu” em presença de um “outro”; acontece, então, o apagamento, o

silenciamento do sujeito que se descortina no processo discursivo como um sujeito totalmente disperso e heterogêneo, clivado por múltiplas vozes.

Portanto, os efeitos de sentido do discurso emergem da relação entre os interlocutores, ao ocuparem posições historicamente construídas na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o trabalho, nosso intuito foi refletir sobre a constituição do sujeito Lula em dois períodos da sua vida política: o seu discurso de posse em primeiro de janeiro de 2003 em contraposição às charges publicadas em 2005, quando o seu governo foi envolvido em denúncias de corrupção.

Baseando nas propostas de Pêcheux e Foucault, construímos o nosso suporte teórico em comunhão com outros pensadores contemporâneos: Maingueneau, Charaudeau e Orlandi.

Em Pêcheux buscamos as reflexões sobre a base da AD, fizemos o percurso pelas três épocas da Análise do Discurso. De Foucault, a noção de formação discursiva e as relações de poder. A partir de Charaudeau e Maingueneau procuramos analisar o *ethos*, as estratégias enunciativas e o discurso político, de Authier Revuz, a noção de heterogeneidade discursiva; Orlandi nos deu o suporte para refletirmos sobre o trabalho do analista do discurso.

Para o desenvolvimento do trabalho e para que conseguíssemos cumprir o objetivo proposto pela pesquisa, resolvemos analisar três questões: a constituição do sujeito, a memória discursiva e a constituição do *ethos* no discurso de posse de presidente Lula e nas charges selecionadas para formar a outra parte do nosso *corpus*.

Percebemos, relacionando o discurso de posse e as charges o quanto uns enunciados dialogam com outros enunciados por meio da memória discursiva. Os enunciados são constituídos por uma memória heterogênea e decorrem da ideologia que se faz presente quando o sujeito enuncia, confirmando assim a própria definição de discurso como sendo um efeito de sentido entre sujeitos em interlocução, ou seja,

sujeitos se manifestando através da linguagem e recorrendo à memória como meio de produzir efeito de sentido.

O interdiscurso é indispensável à constituição dos discursos, pois a memória discursiva evoca elementos pré-construídos que recuperam o discurso fundador e, em seguida, provoca o seu apagamento para redefinir um novo discurso.

Outra questão que temos que destacar em nosso trabalho é o papel desempenhado pela imagem na AD: através dela também podemos recuperar discursos que embora não tenham sido formulados, determinam os efeitos de sentido do objeto discursivo. O verbal e o não-verbal produzem simultaneamente discursos que são retomados pela memória discursiva.

Na realização desse trabalho, pudemos verificar que o sujeito na situação de enunciação, o enunciador se coloca como um sujeito clivado, afetado ideologicamente, porta-voz de múltiplas vozes que resultam na heterogeneidade de seu discurso, ou seja, no seu discurso emergem vários outros dizeres.

No que se refere à constituição do *ethos*, vimos que o *ethos* construído pelo presidente Lula em seu discurso de posse (o *ethos* de um sujeito que procura um lugar de poder, de um sujeito que unifica, pacifica, de líder que provocará as mudanças anunciadas) por meio de estratégias enunciativas que provocam a aproximação do presidente com o povo, é posteriormente desconstruído nos discursos das charges, instaurando assim um *ethos* de corrupto – propondo, portanto, um contra discurso em relação ao discurso de posse. Aquele que surgiu e se criou como o sujeito que poderia resolver todos os problemas do país, porque era o próprio povo no poder, é desmascarado pelo discurso das charges: um sujeito político, um *ethos* de corrupto, tal qual tantos outros.

O que podemos verificar, assim e respondendo a pergunta de pesquisa que propusemos, é que, enquanto no discurso de posse o sujeito é construído como um



*ethos* entusiasta e transformador, projetado pelo próprio sujeito ao enunciar seu discurso, nas charges esse *ethos* é desconstruído: aquele que provocaria todas as mudanças anunciadas pelo seu discurso de posse - um *ethos* de representante do povo, do partido dos trabalhadores - foi colocado em choque pelas charges que mostram um sujeito corrupto como tantos outros que passaram pela história política do Brasil.

A partir desse trajeto construído para que pudéssemos analisar nosso *corpus*, identificamos nas charges e no discurso de posse do presidente Lula o sujeito sendo construído pelo viés do Outro. No mesmo momento em que utiliza o discurso para expor o seu ponto de vista, deixa fluir o discurso do outro, um discurso que emana de um já dito e que juntos compõem a forma de um novo dizer, resultado de um sujeito multifacetado, heterogêneo, marcado pelo discurso do Outro e pela história.

## REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidades enunciativas**. In: **Cadernos de estudos lingüísticos**, 19. Campinas, IEL. 1990.

BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão. In: GREGOLIN, M. R, **Mídia & política: a cultura como espetáculo**. São Carlos, SP: Claraluz Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: \_\_\_\_\_. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral**. 2 v. Campinas: Pontes, 1989, 1991.

BRANDÃO, H. H. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo, Unicamp, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Tradução Nilton Milanez, Carlos Piovezan Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**, São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_, P. E MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_, Patrick. Discurso Político. São Paulo: Contexto, 2006.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte da memória. In: ACHARD et alii. **Papel da memória**. Campinas, Pontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007. (primeira edição 1969)

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão** (14a ed., L. M. Pondé Vassallo, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. 1996. (Trabalho original publicado em 1975)

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. 8.ed. São Paulo: Loyola, 1996/1970.

Flôres, Onici. **A leitura da Charge**, Canoas, Editora ULBRA, 2002.

GREGOLIN, M.R.V. Sentido, sujeito e memória: Com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, Rosário Maria do e BARONAS, Roberto. (org). **Análise do discurso: as materialidades do Sentido**. São Paulo: Editora Claraluz, 2003.

\_\_\_\_\_. M. R. V. (Org.) **Filigranas do discurso: as vozes da história**. Araraquara: FCL/ Laboratório Editorial / UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

Louzada, M. S. O. Discurso e comunicação: a constituição discursiva da imprensa brasileira. In: Nascimento, Edna Maria Fernandes dos Santos. **Processos enunciativos em diferentes linguagens**. Franca, SP: Unifran, 2006

MAGALHAES, A. P.: Sentido, história e memória em charges eletrônicas sobre o governo lula: os domínios do interdiscurso .2006.246f.Dissertação de Mestrado em Letras UEM

Maingueneau. D. 2005. Ethos, Cenografia, Incorporação. In: Ruth Amossy (Org.). **Imagens de si no Discurso: a Construção do Ethos**. São Paulo: Contexto: 69-92.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. SP, Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_,E.P. **Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas – SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_**O discurso: estrutura ou acontecimento?** Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_**Introdução às ciências da linguagem - Discurso e textualidade/** Suzy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi (orgs.) – Pontes Editores, 2006 – Campinas, SP.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, Unicamp, 1977.

\_\_\_\_\_ Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Trad. de José H. Nunes. Campinas : Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_, Michel; FUCHS, C. **A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas** (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. de Péricles Cunha. Campinas: Unicamp, 1997a, p. 163-235.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. de Bethania S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ROMUALDO, E. C. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo**. Maringá, PR: Eduem, 2000

SILVA, L.I.L. **Discurso de posse 2003**. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/ultimas/nacional/noticias/2007/jan/01/153.htm>

Souza, Tania C. Clemente, **Discurso e Imagem: perspectivas de análise do não verbal**. Ciberlegenda , Número 1, 1998 Disponível em <http://www.uff.br/mestcii/tania1.htm> página acessada em 20/04/2007.

Teixeira, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do Humor, trapaças da razão, a charge**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

## ANEXO

### Discurso de posse 01/01/2003

Minhas senhoras, e excelentíssimos senhores, chefes de Estado e de governo, visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional, Ramez Tebet; excelentíssimo senhor vice-presidente da República, José Alencar; excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, Efraim Morais; excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; senhoras e senhores ministros e ministras de Estado, senhoras e senhores parlamentares; senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

Mudança. Esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro: a esperança finalmente venceu o medo e a sociedade decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, ao invés de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades; diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País a sociedade brasileira escolheu mudar e começou ela mesma a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro, José Alencar. Eu estou aqui neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós para reafirmar os meus compromissos mais profundos e

essenciais; para reiterar a todo cidadão e cidadã de meu país o significado de cada palavra dita na campanha; para imprimir a mudança com caráter de intensidade prática; para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou, uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e com cuidado, com humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado e não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista; mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-los seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carentes de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer cotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos de manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores. Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um país extraordinário, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo o lugar é um povo

maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem; um povo que sabe o que é o sofrer, mas que sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo e em suas próprias forças.

Creio em um futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor; a nossa força é maior do que a nossa miséria; a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes mutirões cívicos. E eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo justamente para um grande mutirão cívico, para o mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar não deveria ter razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas estão neste momento sem ter o que Comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria mendigando um pedaço de pão. Esta é uma história antiga.

O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro em Minas Gerais e da produção de café no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim. Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome teremos motivos de sobra para nos cobrir de vergonha.



Por isso defini entre as prioridades de meu governo o programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se ao final de meu mandato todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar terei cumprido a missão de minha vida.

É por isso que hoje eu conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido e ideologia. Face ao clamor dos que padecem o flagelo da fome deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. Vamos garantir o acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós; tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere a sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou de seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade.

Diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar. E começou, ela mesma, a promover a mudança 'Enquanto houver um irmão brasileiro, ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivos de sobra para nos cobrirmos de vergonha 'Nos esforçaremos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais 'Vamos garantir a terra para quem quer trabalhar.

Não apenas por justiça social, mas para que os campos produzam mais 'Mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista 'Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população 'Num país que conta com tantas terras férteis e tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão para se falar de fome.

Vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, a forma de economia solidária, elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, com a agroindústria e o agronegócio. São, na verdade, complementares, tanto na dimensão econômica quanto social.

Temos que nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos. A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações se espalham a perder de vista; há locais em que alcançamos uma produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos de cuidar muito bem desse imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras que querem trabalhar e viver dignamente do fruto de seu trabalho. Já disse e repito, criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial

ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens que hoje encontram tremenda dificuldade em inserir-se no mercado de trabalho.

Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar as condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de fazer um combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor a nossos produtos e atuando com energia e criatividade nos fóruns internacionais do comércio globalizado. Da mesma forma é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as micro e pequenas empresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento que gera os postos de trabalho tão necessários carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças. De uma aliança que entrelace, objetivamente, o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual, para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social.

O pacto social será igualmente decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer. A reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do crescimento nacional.

Instrumento fundamental desse pacto pelas mudanças será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar, já a partir de janeiro, reunindo empresários e trabalhadores dos diferentes segmentos da

sociedade. Estamos num momento particularmente propício para isso, num momento raro da vida de um povo: no momento em que o presidente da República tem consigo, a seu lado, a vontade nacional.

O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens estão irmanados no mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar desta cruzada pela retomada do crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidarista que a nossa campanha despertou, que não podemos e não vamos desperdiçar; uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que encontre canais de expressão em nosso governo.

Por tudo isso acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. E vamos trabalhar em equipe, sem personalismos, pelo bem do Brasil, e vamos adotar um novo estilo de governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu governo. É preciso enfrentar com determinação - e derrotar - a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida brasileira. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar, é também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos desta forma uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E, acreditem - acreditem mesmo -, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros.

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. Eu, que tive a honra de ser parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas constitucionais que o País demanda de todos nós.

No meu governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer, em todos os domínios, um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista. Significa simplesmente adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los.

O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento. Assim como o Brasil necessita valorizar seu capital humano, investindo em conhecimento e tecnologia. Sobretudo, nós vamos produzir. Porque a riqueza que conta é aquela que é gerada por nossas próprias mãos. É a riqueza produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e de todas as discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, apesar de todas as desigualdades e de todas as dores, que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável.

Construiu, ao longo dos séculos, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos “encantados” da Amazônia aos orixás da Bahia, do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro, dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro, da arquitetura de Brasília à música sertaneja, e estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Centro-Oeste.

Esta é uma nação que fala a mesma língua. Que partilha os mesmos valores fundamentais. Que se sente e é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda a migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio. Internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados. E externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas urnas. No meu governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da captação de tecnologias avançadas e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento

externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, e na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação de barreiras e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos, que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas.

Com igual empenho, nos esforçaremos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para as nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico.

Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último dos resultados das negociações. De pouco valerá participarmos de um esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que estas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um dos seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul no seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas este projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países Sul-americanos.

Apoiaremos os arranjos institucionais necessários para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida das nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.

O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogo substantivo teremos com todos os países da América Latina. Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e seus Estados membros, como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão.

Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul, entre outras. Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico, e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. A democratização das relações internacionais, sem



hegemonias de qualquer espécie, é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais, como a do Oriente Médio, devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea, com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual, como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional. Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Sim: temos uma mensagem a dar ao mundo. Temos de colocar o nosso projeto nacional, democraticamente, em diálogo aberto com as demais nações do Planeta. Porque nós somos o novo. Nós somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor - porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas - decorrente de políticas econômicas que não favorecem o crescimento - trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional.

Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos. Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal, em parceria com os Estados, a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente.

Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso, devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos. Porque ainda não nos expressamos por inteiro na história. Porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera.

Porque o Brasil nesta sua nova empreitada histórica, social, cultural e econômica terá de contar - sobretudo - consigo mesmo. Terá de pensar com a sua cabeça, andar com as suas próprias pernas, ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país. Amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco. Mas sabe, também, que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o

posto de supremo mandatário da Nação, eu vejo e eu sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E que para isso basta acreditar em nós mesmos, em nossa própria força, em nossa capacidade de criar, em nossa disposição para fazer. Estamos começando hoje um novo capítulo da História do Brasil. Não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, de etnia, de sexo e de crença.

Este é o país que pode dar e que vai dar o verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e pelos poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje, nesse momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo. Agradeço a Deus por chegar até onde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadão deste país no dia-a-dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!

<http://www.estadao.com.br/ultimas/nacional/noticias/2007/jan/01/153.htm>

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)